

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Comissão de
Legislação Participativa



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

2023



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

2023

Preparação de originais: Erivan da Silva Raposo e Gilson Vasconcelos Dobbin

Revisão: Erivan da Silva Raposo e Vanderlúcia Bezerra da Silva

Projeto gráfico: LivroEbook Diagramação e Design

Capa: LivroEbook Diagramação e Design

Diagramação: LivroEbook Diagramação e Design

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Comissão de Legislação Participativa: Relatório de Atividades 2023. – Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Legislação Participativa, 2023.

1. Comissão de Legislação Participativa (Brasil) (CLP). 2. Câmara dos Deputados. 3. Relatório. 4. Poder legislativo, Brasil. I. Silva, Zé. II. Raposo, Erivan da Silva. III. Magalhães, Vitor Côrtes.

CDU 342.532(81)(047)

Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Ala A, Sala 121

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900 Telefone: (61) 3216-6670

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/clp>

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Legislação Participativa (CLP), em seus 22 anos de existência, tem sido espaço privilegiado para a sociedade civil atuar de forma qualificada dentro do parlamento brasileiro. O ano de 2023 foi particularmente frutífero, no qual a voz da cidadania se apresentou em sua diversidade, de forma intensa e determinada, provocando um movimento de reflexão crítica e exigência de ação para os membros do colegiado.

Foi também especial porque inauguramos a Virada Ambiental na Câmara dos Deputados com forte atuação da CLP, mostrando sua sintonia com os problemas mais urgentes do Brasil e do mundo, apontando, de forma coletiva, as soluções possíveis e disponíveis para a construção de um mundo mais justo, tanto social quanto ambientalmente falando, e de cuja responsabilidade não podemos fugir.

Como presidente desta distinta comissão parlamentar, posso dizer que foi uma oportunidade ímpar de qualificar ainda mais a minha atuação dentro do poder legislativo, reforçando a fé e a esperança na democracia participativa e, portanto, na capacidade e generosidade do povo brasileiro na construção de um país maior e melhor, mais justo e mais desenvolvido, um povo que aceita o desafio de legar o melhor para as futuras gerações.

Deputado Zé Silva

Presidente

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO

PRESIDÊNCIA



Presidente
Zé Silva (SOLIDARI/MG)



1º Vice-Presidente
Professora Goreth
(PDT/AP)



2º Vice-Presidente
Rosângela Reis
(PL/MG)



3º Vice-Presidente
Luiza Erundina
(PSOL/SP)

MEMBROS TITULARES



Ana Pimentel
(PT/MG)



Aureo Ribeiro
(SOLIDARI/RJ)



Glauber Braga
(PSOL/RJ)



João Daniel
(PT/SE)



Joseildo Ramos
(PT/BA)



Leonardo Monteiro
(PT/MG)



Luiza Erundina
(PSOL/SP)



Padre João
(PT/MG)



Pompeo de Mattos
(PDT/RS)



Prof. Paulo Fernando
(REPUBLIC/DF)



Professora Goreth
(PDT/AP)



Rosângela Reis
(PL/MG)



Tarcísio Motta
(PSOL/RJ)



Zé Silva
(SOLIDARI/MG)

MEMBROS SUPLENTE



**Célia Xakriabá
(PSOL/MG)**



**Chico Alencar
(PSOL/RJ)**



**Erika Kokay
(PT/DF)**



**Gilberto Abramo
(REPUBLIC/MG)**



**Lincoln Portela
(PL/MG)**



**Pedro Uczai
(PT/SC)**



**Rogério Correia
(PT/MG)**



**Talíria Petrone
(PSOL/RJ)**

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Nesta seção, apresentamos os dados referentes à atividade legislativa, por meio da apresentação de Sugestões Legislativas, por entidades da sociedade civil organizada, e Requerimentos, pelos membros da Comissão de Legislação Participativa.

As sugestões podem propor proposições legislativas: projetos de lei, projetos de lei complementar, Proposta de Emenda à Constituição, Indicações, Requerimentos de Informação, Requerimentos de Audiência Pública e Seminários, entre outros.

Os deputados membros, por meio dos requerimentos, podem propor audiências públicas, seminários, mesas redondas, reuniões técnicas, moções, solicitar informações ao Poder Executivo, convidar autoridades para discutir proposições em tramitação, políticas públicas, demandas da sociedade etc.

Aqui o leitor encontrará um sumário de todas as sugestões e requerimentos apresentados nesta sessão legislativa e, ao final, dados consolidados referentes a todas as sessões legislativas desde a criação da CLP em 2001, com informações sobre a apreciação pelo colegiado, bem como a realização das atividades e a transformação em outras proposições legislativas decorrentes das votações pelo colegiado.

SUGESTÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS EM 2023

<i>Proposição</i>	<i>Ementa</i>	<i>Autor</i>
SUG 1/2023 CLP	Sugere Projeto de Lei destinado a alterar a Lei 13467/17 e a Lei 13429/17, a fim de resgatar o princípio <i>favor laboratoris</i> na CLT.	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina
SUG 2/2023 CLP	Sugere Projeto de Lei para instituir o abono PIS para empregados domésticos.	Instituto Doméstica Legal
SUG 3/2023 CLP	Sugere de Audiência Pública em comemoração aos 10 anos de aniversário da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 02/04/2013, conhecida como PEC das Domésticas.	Instituto Doméstica Legal
SUG 4/2023 CLP	Sugere a realização do XVIII Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública.	SOS Segurança Dá Vida
SUG 5/2023 CLP	Sugere realização de Audiência Pública para discutir o tema da Segurança Pública Básica	Associação de Guardas Municipais do Brasil
SUG 6/2023 CLP	Declara a arquiteta e urbanista Rosa Grena Kliass Patrona da Arquitetura da Paisagem no Brasil	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
SUG 7/2023 CLP	Requer a realização de seminário para debater os 44 anos da Lei de Anistia	Associação dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e Demais Empresas Estatais
SUG 8/2023 CLP	Sugere ao Ministério da Educação (MEC) a apresentação de projeto de lei ao Poder Legislativo a fim de alterar a redação do Anexo II da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e adequá-lo ao disposto na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
SUG 9/2023 CLP	Sugere Projeto de Lei para extinguir o Saque Aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Instituto Fundo Devido ao Trabalhador
SUG 10/2023 CLP	Sugestão de Indicação (INC) ao Ministério da Educação (MEC) para propor a inclusão do componente curricular transversal 'Educação urbanística' nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
SUG 11/2023 CLP	Acrescenta o artigo 244-A ao Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre o crime de abandono vacinal, e dá outras providências.	Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana
SUG 12/2023 CLP	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao art. 5º da Lei n.º 3.099, de 24 de fevereiro de 1957, que determina as condições para o funcionamento das empresas de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares.	Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo
SUG 13/2023 CLP	Dispõe sobre o crime de violação de direito ou prerrogativa do detetive particular.	Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo
SUG 14/2023 CLP	Revoga os §§ 2º, 4º, 6º e 8º, do artigo 477 da Lei 13.467, de 17 de agosto de 2017, e dá outras providências.	Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 15/2023	Estabelece aposentadoria para mulheres vítimas de violência doméstica e para mães de filhos com diagnóstico do transtorno do espectro autista.	Centro de Desenvolvimento Social Convida
SUG 16/2023	Estabelece limite de horário para realização de shows e outros eventos em praça pública localizada nas proximidades de hospitais e templos religiosos	Centro de Desenvolvimento Social Convida
SUG 17/2023	Altera a redação do inciso II do artigo 1.641, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.	Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana
SUG 18/2023	Sugere Projeto de Lei para criar a profissão do Vigilante de Eventos, bem como regulamentar a atividade de vigilância em eventos e dá outras providências.	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 19/2023	Sugere Projeto de Lei para alterar os arts. 2º e 6º do Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 20/2023	Projeto de Lei que visa a atribuir valor de documento de identidade à Carteira Nacional de Vigilante - CNV.	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 21/2023	Dispõe sobre o Piso Salarial do Bombeiro Civil.	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 22/2023	Sugestão de Emenda para excluir o inciso LXXVI do art. 2º do Projeto de Lei n.º 3.081/2022.	Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo
SUG 23/2023	Sugere Projeto de Lei que visa acrescentar o § 3º ao art. 437 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para considerar sigiloso em relação à terceiros os relatórios de investigação particular e seus anexos juntados pelas partes.	Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo
SUG 24/2023	Sugestão de Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que "Dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências"	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIO E METROVIÁRIO DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE
SUG 25/2023	Garantia de vaga em universidade federal e estadual para beneficiários do Bolsa Família	Centro de Desenvolvimento Social Convida
SUG 26/2023	Cria o piso nacional dos trabalhadores domésticos	Centro de Desenvolvimento Social Convida
SUG 27/2023	Indicação (INC) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para propor a inclusão do projeto CAU Educa e do componente curricular transversal "Educação urbanística" no conteúdo programático do Programa Escola em Tempo Integral	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

SUG 28/2023	Sugere Projeto de Lei que altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DA CARREIRA DO SEGURO SOCIAL
SUG 29/2023	Sugere Projeto de Lei para incluir os povos originários no programa de crédito fundiário, como uma oportunidade para os quilombolas (decreto 48.84/2003) territorializados, pertencentes e ancestrais a terem suas terras independentes do direito garantido na constituição.	Federação Nacional da Agricultura, Pecuária e Empreendedorismo Quilombola
SUG 30/2023	Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 31/2023	Altera os Inciso III do Art. 16 da Lei 7.102/83 para aumentar a exigência do nível de escolaridade como requisito para exercício da atividade profissional de vigilante	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 32/2023	Cria o piso nacional para garis	Centro de Desenvolvimento Social Convida
SUG 33/2023	Sugestão de Projeto de Lei que determine, para todo território nacional, as instituições privadas e públicas que possuam segurança privada terceirizada ou orgânica e de Bombeiro Civil, tenham em seu efetivo o quantitativo mínimo de 30% de Mulheres.	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA
SUG 34/2023	Sugere emenda ao Orçamento para realização de evento cultural de escala internacional do setor queijeiro, tendo em vista a importância da produção de leite no país e seu papel na economia e indústria de laticínios.	Sertãoobras
SUG 35/2023	Sugere a inclusão de inciso no artigo 46 da Lei 9.610 de 1998, para tratar especificamente do uso da linguagem simples em obras literárias, como mecanismo de acessibilidade, para pessoas com deficiência intelectual.	Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
SUG 36/2023	Sugere emenda à LOA 2024 - (PROJETO DE LEI PL nº 29/2023-CN) visando a promoção da participação social com educação popular.	Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal
SUG 37/2023	Sugestão de Indicação (INC) à Imprensa Nacional e à Secretaria-Geral da Presidência da República para propor a inclusão do Conselhos Profissionais para gratuidade da publicação dos seus atos originários no Diário Oficial da União.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
SUG 38/2023	Sugere Emenda Constitucional para "acrescentar a alínea "F", no Inciso VI do art. 150 da Constituição Federal para prever que as empresas que prestam serviços de Segurança Privada e de Bombeiro Civil, e de igual modo as Escolas de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento, tenham imunidade tributária."	CONSELHO NACIONAL DA SEGURANÇA PRIVADA

SUGESTÕES LEGISLATIVAS APRECIADAS EM 2023

1 - SUG 138/2018 – do Centro de Desenvolvimento Social Convida: Sugere projeto de lei para estabelecer que todas as escolas públicas deverão ter salas de informática.

APROVADA. Transformada no PL 2709/2023

2. SUG 29/2023 – da Federação Nacional da Agricultura, Pecuária e Empreendedorismo Quilombola: Sugere Projeto de Lei para incluir os povos originários no programa de crédito fundiário, como uma oportunidade para os quilombolas (Decreto 48.84/2003) territorializados, pertencentes e ancestrais a terem suas terras independentes do direito garantido na constituição.

APROVADA. Transformada no PL 5375/2023

3. SUG 8/2019 – da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Sugere Projeto de Lei para alterar a Lei nº 13.303/16 - Lei das Estatais, estabelecendo que a indicação da presidência das instituições públicas seja exclusiva de funcionários de carreira das próprias instituições.

REJEITADA

4. SUG 15/2022 - da Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana: Sugere Projeto de Lei para estabelecer como feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

REJEITADA

5. SUG 17/2023 - da Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana: Altera a redação do inciso II do artigo 1.641, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.

REJEITADA

6. SUG 18/2023 - do Conselho Nacional da Segurança Privada: Sugere Projeto de Lei para criar a profissão do Vigilante de Eventos, bem como regulamentar a atividade de vigilância em eventos e dá outras providências.

REJEITADA

7. SUG 122/2017 – da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil: Sugere a realização de audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades inter-regionais.

APROVADA. Audiência Pública a ser agendada.

8. SUG 20/2021 - da Associação de Guardas Municipais do Brasil: Sugere a realização de audiência pública para debater a segurança pública básica - um direito social e a efetiva participação das guardas municipais na proteção sistêmica da população que utiliza bens, serviços e instalações municipais.

APROVADA. Audiência Pública a ser agendada.

9. SUG 3/2023 – do Instituto Doméstica Legal: Sugere de Audiência Pública em comemoração aos 10 anos de aniversário da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 02/04/2013, conhecida como PEC das Domésticas.

APROVADA. Audiência Pública a ser agendada.

10. SUG 12/2022 – da Associação Nacional Movimento Vigilantes com Orgulho: Sugere Projeto de Lei que cria o Conselho Federal da Segurança Privada e os Conselhos Regionais da Segurança Privada, bem como reconhece nacionalmente o Agente de Segurança Privada.

APROVADA. Transformada na INC 1608/2023.

11. SUG 22/2022 – do Centro de Desenvolvimento Social Convida: Sugere Projeto de Lei que inclui os caixas eletrônicos 24 horas como modalidade de pagamento do Bolsa Família.

APROVADA. Transformada na INC 694/2023

12. SUG 2/2023 - do Instituto Doméstica Legal: Sugere Projeto de Lei para instituir o abono PIS para empregados domésticos.

APROVADA. Transformada no PL 2902/2023

13. SUG 4/2022 - do Centro de Desenvolvimento Social Convida: Sugere emenda ao orçamento para destinar recursos para a construção de casas populares no município de Macaé para os trabalhadores domésticos, de serviços gerais e de mulheres vítimas de violência doméstica.

APROVADA. Transformada no PL 3921/2023

14. SUG 1/2023 - da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina: Sugere Projeto de Lei destinado a alterar a Lei 13467/17 e a Lei 13429/17, a fim de resgatar o princípio *favor laboratoris* na CLT.

APROVADA. Transformada no PL 5183/2023

15. SUG 28/2023 – da Associação Nacional dos Membros da Carreira do Seguro Social: Sugere Projeto de Lei que altera a redação da Lei nº 8.213 , de 24 de julho de 1991, altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

APROVADA. Transformada no PL 5372/2023

16. SUG 19/2023 – do Conselho Nacional da Segurança Privada: Sugere Projeto de Lei para alterar os arts. 2º e 6º do Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.

APROVADA. Transformada no PL 5373/2023

17. SUG 24/2023 – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e Sergipe: Sugestão de Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que “Dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências”

APROVADA. Transformada no PL 5374/2023

18. SUG 3/2021 – dos Amigos do Brasil: Sugere Projeto de Lei que altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para acrescentar o § 3º, no art. 317, o § 2º no art. 333 e alterar o parágrafo único deste artigo; também altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei sobre crimes hediondos, para acrescentar o inciso X no art. 2º.

APROVADA. Transformada no PL 5626/2023

19. SUG 20/2023 – do Conselho Nacional da Segurança Privada: Projeto de Lei que visa a atribuir valor de documento de identidade à Carteira Nacional de Vigilante - CNV .


APROVADA. Transformada no PL 5627/2023

20. SUG 31/2023 - do Conselho Nacional da Segurança Privada: Altera os Inciso III do Art. 16 da Lei 7.102/83 para aumentar a exigência do nível de escolaridade como requisito para exercício da atividade profissional de vigilante

APROVADA. Transformada no PL 5745/2023

21. SUG 35/2023 – da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down: Sugere a inclusão de inciso no artigo 46 da Lei 9.610 de 1998, para tratar especificamente do uso da linguagem simples em obras literárias, como mecanismo de acessibilidade, para pessoas com deficiência intelectual.

APROVADA. Transformada no PL 5974/2023



22. SUG 6/2023 – do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil: Declara a arquiteta e urbanista Rosa Grena Kliass Patrona da Arquitetura da Paisagem no Brasil

APROVADA. Transformada no PL 6108/2023

23. SUG 11/2021 – do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo: Sugere Projeto de Lei que altera a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 para permitir a opção ao SIMPLES NACIONAL nos meses de janeiro de julho de cada ano.

APROVADA. Transformada no PLP 228/2023

24. SUG 7/2023 - da Associação dos Anistiados Políticos dos Sistema Petrobrás e Demais Empresas Estatais: Requer a realização de seminário para debater os 44 anos da Lei de Anistia

APROVADA. Seminário Realizado

25. SUG 4/2023 - da SOS Segurança Dá Vida: Sugere a realização do XVIII Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública.

APROVADA. Seminário Realizado

REQUERIMENTOS APRESENTADOS E DELIBERADOS EM 2023

REQ N.	DEP. AUTOR / EMENTA	DATA APROVAÇÃO	DATA REALIZAÇÃO
REQ 1/2023	ROGÉRIO CORREIA - "Requer a realização de audiência pública destinada a debater as ameaças à proteção do meio ambiente em Minas Gerais e a política governamental de proteção do meio ambiente".	22/03/2023	-
REQ 2/2023	ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa, a fim de debater a desativação do Aeroporto Carlos Prates e a transferência da área ao município de Belo Horizonte para utilização na implementação de projetos e empreendimentos de interesse social.	22/03/2023	-
REQ 3/2023	AUREO RIBEIRO - Requer a realização de Audiência Pública para debater ações do Governo Federal acerca do Programa Mais Médicos e formas de incentivo para que profissionais médicos brasileiros tenham maior interesse pelo Programa.	22/03/2023	-
REQ 4/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil.	22/03/2023	-
REQ 5/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública para debater a obrigatoriedade para produtor rural de utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - prevista no Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005, ou da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e - prevista no Ajuste SINIEF nº 19, de 9 de dezembro de 2016, em substituição à Nota Fiscal, modelo 4, a partir de 1º de julho de 2023.	22/03/2023	19/04/2023
REQ 6/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública para debater transparência nos reajustes dos valores cobrados pelas operadoras de planos de saúde.	22/03/2023	-
REQ 7/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de "Virada Sustentável", com a promoção de eventos nos mais diversos espaços da Casa, a serem realizados durante o mês de junho, mês do Meio Ambiente.	22/03/2023	07/06/2023
REQ 8/2023	COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Requer a realização de Mesa-Redonda para ouvir as demandas da Sociedade Civil Organizada com o objetivo de elaborar um plano de trabalho da CLP para o ano de 2023.	12/04/2023	-
REQ 9/2023	ANA PIMENTEL - Solicita realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação e da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para discussão do tema: "Autonomia universitária na eleição de reitoras e reitores das universidades federais. "	12/04/2023	23/08/2023

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 10/2023	LEONARDO MONTEIRO - Solicito Audiência Pública para tratar de novas regras para a seguridade social dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, bem como, do combate à precariedade do vínculo empregatício desses profissionais junto aos Gestores locais do SUS.	12/04/2023	03/05/2023
REQ 11/2023	LEONARDO MONTEIRO - Requeiro a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater sobre o Dia Mundial de Jerusalém.	12/04/2023	26/04/2023
REQ 12/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre os problemas que o "Projeto de Valorização do Patrimônio da UFRJ" com a cessão para a iniciativa privada de parte do Campus da Praia Vermelha/UFRJ para a construção do Equipamento Cultural Multiuso (ECM), por um período de no mínimo 30 (trinta) anos.	12/04/2023	21/06/2023
REQ 13/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para debater a recomposição das áreas da Floresta Nacional de Brasília (FLONA).	12/04/2023	-
REQ 14/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância do projeto Defensoras Populares.	12/04/2023	30/05/2023
REQ 15/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública para debater formas de incentivar e estimular o desenvolvimento tecnológico e a fabricação nacional de veículos totalmente elétricos, híbridos e híbridos plug-in.	12/04/2023	-
REQ 16/2023	CÉLIA XAKRIABÁ - Requer realização de Audiência Pública para tratar acerca da Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 01/2022, que regulamenta a Convenção nº 169 da OIT no Estado de Minas Gerais, com escuta específica de Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo representações territoriais.	12/04/2023	-
REQ 25/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para discutir projetos de lei e outras ações voltadas para a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI+.	03/05/2023	29/06/2023
REQ 26/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação da República Árabe Saharaui Democrática - RASD, a última colônia da África e as constantes violações de direitos humanos sofridas pelo seu povo nos territórios ocupados pelo Reino do Marrocos.	03/05/2023	-

REQ N.	DEP. AUTOR / EMENTA	DATA APROVAÇÃO	DATA REALIZAÇÃO
REQ 27/2023	ERIKA KOKAY - Requer audiência pública para debater as perspectivas e desafios para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.	03/05/2023	22/08/2023
REQ 28/2023	ZÉ SILVA - Requer à Comissão de Legislação Participativa a realização do IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo.	03/05/2023	17/05/2023
REQ 29/2023	COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Requer a impressão de folder explicativo da Comissão de Legislação Participativa.	03/05/2023	-
REQ 30/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.673/2021 que dispõe sobre a Política Nacional de Saúde Funcional, baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).	10/05/2023	08/08/2023
REQ 31/2023	ROSÂNGELA REIS - Realização de uma audiência pública para discutir o desenvolvimento e ações em benefícios das regiões metropolitanas do Brasil.	10/05/2023	-
REQ 32/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de seminário para lançamento da publicação "Como regulamentar a Cannabis: Um guia prático".	24/05/2023	27/06/2023
REQ 33/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial e Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Legislação Participativa e Desenvolvimento Sustentável para discutir sobre o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE), a ser instituído pelo Projeto de Lei nº 83/2022.	24/05/2023	-
REQ 34/2023	CHICO ALENCAR - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para discussão do tema: "a importância da educação climática no Brasil no contexto de crise climática no mundo".	24/05/2023	22/06/2023
REQ 35/2023	LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão do Trabalho para tratar sobre o fim do Saque Aniversário no Fundo de Garatina do Tempo de Serviço (FGTS).	24/05/2023	-
REQ 36/2023	CÉLIA XAKRIABÁ - Requer realização de Audiência Pública para tratar acerca da proteção da Serra do Curral e dos Povos e Comunidades Tradicionais que fazem uso dela.	24/05/2023	-

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 37/2023	LUIZA ERUNDINA - Requer realização de reunião de Audiência Pública para debater proposta de emenda à Constituição para a criação do Sistema Único de Mobilidade e da tarifa zero no transporte público.	24/05/2023	-
REQ 38/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para discutir as regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência, pessoas idosas e atendimento ao público pelo INSS.	02/08/2023	-
REQ 39/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater os impactos dos cortes no Fundo Constitucional do Distrito Federal na manutenção dos serviços públicos na Capital Federal.	02/08/2023	-
REQ 40/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para tratar da regulamentação da produção e aplicação para fins medicinais e terapêuticos da cannabis medicinal.	02/08/2023	19/09/2023
REQ 41/2023	ROSÂNGELA REIS - Requeiro a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa, com o objetivo de discutir os avanços nas políticas públicas voltadas aos pacientes acometidos com Parkinson.	02/08/2023	-
REQ 42/2023	ROSÂNGELA REIS - Requeiro uma Moção de Aplausos ao Hospital Hilton Rocha, localizado em Belo Horizonte, em reconhecimento à sua excelência no tratamento oftalmológico e em lembrança aos 30 anos do falecimento do seu fundador, que dá nome à instituição.	02/08/2023	-
REQ 43/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de audiência pública para debater a situação gravíssima dos Hospitais Federais do Estado do Rio de Janeiro assolados pelo Governo Bolsonaro.	02/08/2023	-
REQ 44/2023	PROF. PAULO FERNANDO - Requer a realização de Audiência Pública para debater o Dia Mundial da População e o desperdício de alimentos.	02/08/2023	05/09/2023
REQ 45/2023	LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Legislação Participativa e Comissão de Saúde, para tratar de novas regras para a seguridade social dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, bem como, do combate à precariedade do vínculo empregatício desses profissionais junto aos Gestores locais do SUS.	02/08/2023	15/08/2023

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 46/2023	ROGÉRIO CORREIA - Requer audiência para realizar escuta e debater propostas da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara e sua agenda de garantia de direitos humanos, de cidadania, econômicos, sociais e da natureza para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país.	02/08/2023	-
REQ 47/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública para debater a PEC 504/2010, do Senado Federal, que inclui o cerrado e a caatinga entre os bens considerados patrimônio nacional.	02/08/2023	-
REQ 48/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de audiência pública com representantes da sociedade civil para a exibição e debate do espetáculo teatral “Vozes da Floresta”, dirigido por Lucélia Santos, a fim de se prestar um tributo ao legado de Chico Mendes por meio de sua história de luta socioambiental internacional, além de homenagear a cultura nacional e destacar o compromisso desta Casa na defesa do Meio Ambiente e dos povos da floresta.	09/08/2023	28/11/2023
REQ 49/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de seminário, para debater Instrumentos Econômicos de Proteção Ambiental.	09/08/2023	26/09/2023
REQ 50/2023	PADRE JOÃO - Requer a realização de audiência pública nessa Comissão para debater casos de mortalidade de abelhas, em virtude do uso indiscriminado de agrotóxicos nas proximidades de áreas onde são desenvolvidas as atividades da apicultura no estado de Minas Gerais.	09/08/2023	23/11/2023
REQ 51/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de seminário, para debater a Rastreabilidade do Ouro no Brasil.	09/08/2023	16/08/2023
REQ 52/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública, para debater a apresentação de Projeto de Lei para Instituir o Dia Nacional do Numismata, a ser comemorado em 1º de dezembro.	09/08/2023	09/11/2023
REQ 53/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência, para discutir a primeira infância a luz das pessoas com deficiências.	09/08/2023	-
REQ 54/2023	PEDRO UCZAI - Requer que seja autorizada pela Comissão de Legislação Participativa a realização de “Seminário Nacional sobre metodologias associadas ao Sistema de Plantio Direto (SPDH) e Sistemas Agroflorestais” em data a ser definida.	23/08/2023	12/09/2023
REQ 55/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de audiência pública para homenagear a Rádio MEC pelos seus 100 anos.	23/08/2023	-

REQ N.	DEP. AUTOR / EMENTA	DATA APROVAÇÃO	DATA REALIZAÇÃO
REQ 56/2023	ROSÂNGELA REIS - realização de uma audiência pública para promover o debate sobre as demandas da Segurança Privada	23/08/2023	06/09/2023
REQ 57/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública nesta comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para a discutir a criação de centros de terapia assistida no Sistema Único de Saúde – SUS.	23/08/2023	31/10/2023
REQ 58/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública nesta comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para a apresentação de Projeto de Lei, para a inclusão dos medicamentos orais alvo específicos para o tratamento de doenças imunomediadas no rol de coberturas mínimas obrigatórias dos planos de saúde.	23/08/2023	28/11/2023
REQ 59/2023	ERIKA KOKAY - Requer a Moção de Solidariedade à Comunidade Bahá'í do Brasil pelas denúncias de violações de direitos humanos aos bahá'ís no Irã.	20/09/2023	-
REQ 60/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para Debater os Avanços do Reconhecimento do Casamento Civil e União Estáveis entre Pessoas do Mesmo Sexo pelo STF.	20/09/2023	-
REQ 61/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e da Comissão de Legislação Participativa para debater o papel do Conselho Tutelar diante das violências contra o direito à infância de crianças negras.	20/09/2023	-
REQ 62/2023	PEDRO UCZAI - Requer a realização de Audiência Pública para debater o futuro das Universidades Comunitárias.	20/09/2023	04/10/2023
REQ 63/2023	PEDRO UCZAI - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 4449/2023, que institui o Programa Renda Básica Energética – REBE e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.	20/09/2023	-
REQ 64/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, a fim de discutir o tema “A prevenção e posvenção do suicídio nos espaços educacionais”.	18/10/2023	-
REQ 65/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, sobre os 60 anos da luta pela reforma urbana e a Plataforma de Luta pelo Direito à Cidade.	18/10/2023	24/10/2023

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 66/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de Mesa Redonda no Município de Volta Redonda/RJ para debater os efeitos da poluição gerada pela atividade da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) no referido município e medidas a fim de preservar a saúde pública e o meio ambiente e o desenvolvimento econômico sustentável do mesmo.	18/10/2023	-
REQ 67/2023	GLAUBER BRAGA - Requer aprovação de moção honrosa ao amigo e ex-vereador de Nova Friburgo, Grimaldino Narciso, mas conhecido como Cigano que faleceu no dia 27 de setembro de 2023, aos 68 anos.	18/10/2023	-
REQ 68/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de Seminário conjunto com a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude para debater "Violências contra Crianças e Adolescentes: Dados, Políticas e Orçamento Público".	18/10/2023	31/10/2023
REQ 69/2023	COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Requer a realização de Evento de Premiação das entidades da Sociedade Civil que tiveram relevante participação nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Legislação Participativa - CLP no ano de 2023.	18/10/2023	-
REQ 70/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública para debater as fontes de recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER.	18/10/2023	-
REQ 71/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa para exibir o webdocumentário "Monocultura da Energia" e discutir a temática de Transição Energética Justa.	18/10/2023	-
REQ 72/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer realização de audiência pública para debater o PL 3.292/2023.	18/10/2023	-
REQ 73/2023	ANA PAULA LIMA - Requer a realização do Seminário conjunto com a Comissão de Legislação Participativa para debater "Violências contra Crianças e Adolescentes: Dados, Políticas e Orçamento Público".	18/10/2023	31/10/2023
REQ 74/2023	ANA PIMENTEL - Requer a realização do Seminário "Enfrentamento às ISTs, HIV/AIDS e Hepatites Virais".	18/10/2023	-
REQ 75/2023	JOÃO DANIEL - Requer de Vossa Excelência, nos termos do Regimento desta Câmara, a realização de Audiência Pública para debater o Conflito Israel-Palestina.	18/10/2023	07/11/2023

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 76/2023	GLAUBER BRAGA - Requer o comparecimento do Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Rogerio Ceron de Oliveira, e do Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Roberto Simão Bijos, com o objetivo de fomentar o debate público acerca das principais medidas adotadas pelo Governo Federal para a retomada econômica do Brasil.	25/10/2023	-
REQ 77/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater os critérios de acesso e manutenção do Benefício de Prestação Continuada.	25/10/2023	-
REQ 78/2023	AUREO RIBEIRO - Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater os dados e informações do Observatório Suíno 2023.	08/11/2023	30/11/2023
REQ 79/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer realização de audiência pública para debater a crise do sistema de saúde federal no Estado do Rio de Janeiro.	08/11/2023	-
REQ 80/2023	PROFESSORA GORETH - Requer a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Legislação Participativa para debater sobre a regulamentação da Profissão de Pedagogos contida na PL 1735/19, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo".	08/11/2023	07/12/2023
REQ 81/2023	CHICO ALENCAR - Requer que seja autorizada pela Comissão de Legislação Participativa a realização de Audiência Pública para debater a regulamentação do cultivo da Cannabis para fins terapêuticos e do Cânhamo industrial no Brasil.	08/11/2023	29/11/2023
REQ 82/2023	GLAUBER BRAGA - Requer a realização de audiência pública para debater o impacto das plataformas de aplicativos nas cidades e as consequências para os trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos	08/11/2023	-
REQ 83/2023	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa para discutir sobre adaptação climática nos municípios e o protagonismo de lideranças jovens, com base no Projeto de Lei 4129/2021.	08/11/2023	22/11/2023
REQ 84/2023	LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de Audiência Pública para tratar das políticas públicas para o fortalecimento do Artesanato Brasileiro e de seus profissionais.	08/11/2023	-
REQ 85/2023	JOÃO DANIEL - Requer de Vossa Excelência, nos termos do Regimento desta Câmara, a realização de Audiência Pública para debater o Saneamento Rural, com foco na sua importância para as comunidades rurais, no que tange ao abastecimento de água, o esgotamento sanitário e ao uso múltiplo das águas e sua importância para saúde pública e o meio ambiente.	08/11/2023	-

REQ N.	DEP. AUTOR / EMENTA	DATA APROVAÇÃO	DATA REALIZAÇÃO
REQ 86/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de seminário, para debater políticas públicas para o queijo artesanal de leite cru, tendo como referência a Missão Técnica Queijeira na França, temas e inovações da edição do <i>Mondial du Fromage</i> .	08/11/2023	14/12/2023
REQ 87/2023	ROSÂNGELA REIS - Requer a emissão de uma Moção de Repúdio em resposta aos atrasos sistemáticos nos pagamentos ocorridos no setor cafeeiro de Minas Gerais.	22/11/2023	-
REQ 88/2023	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, a fim de discutir o tema " <i>Lawfare</i> " no Brasil.	22/11/2023	-
REQ 89/2023	ROSÂNGELA REIS - Realização de uma audiência pública para promover o debate sobre a remuneração dos Conciliadores e Mediadores Judiciais no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Estaduais.	22/11/2023	-
REQ 90/2023	ANA PIMENTEL - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater "o orçamento público dos objetivos e metas para os programas de governo em relação à infância e adolescência, com foco na prevenção e resposta à violência no Plano Plurianual (2024-2027)".	22/11/2023	-
REQ 91/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de seminário, para debater Mecanismos de financiamento para o incentivo ao investimento em pesquisa mineral.	22/11/2023	29/11/2023
REQ 92/2023	AUREO RIBEIRO - Requer a realização de Audiência Pública para discutir as novas regras da Agência Nacional de Saúde (ANS) que tratam da cobertura de plano de saúde para produtos de terapia avançada.	06/12/2023	-
REQ 93/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública em homenagem aos 20 anos do Programa Nacional do Crédito Fundiário.	06/12/2023	-
REQ 94/2023	PROF. PAULO FERNANDO - Requer a realização de audiência pública para discutir utilização da Inteligência Artificial (IA) nos processos eleitorais.	06/12/2023	11/12/2023
REQ 95/2023	ROSÂNGELA REIS - Requer audiência pública para discutir os atrasos sistemáticos nos pagamentos ocorridos no setor cafeeiro de Minas Gerais.	06/12/2023	12/12/2023

<i>REQ N.</i>	<i>DEP. AUTOR / EMENTA</i>	<i>DATA APROVAÇÃO</i>	<i>DATA REALIZAÇÃO</i>
REQ 96/2023	ROSÂNGELA REIS - Requer Audiência Pública para Debater a Necessidade de Duplicação da BR 381.	06/12/2023	-
REQ 97/2023	ZÉ SILVA - Requer a realização de Audiência Pública para debater as consequências da seca na região Norte do Estado de Minas Gerais.	13/12/2023	19/12/2023



Dados Consolidados (2001-2023)

SESSÃO LEGISLATIVA ⁴	TIPO DE PROPOSIÇÃO SUGERIDA									EMENDAS AO ORÇAMENTO			
	PL	PLP	PEC	EMENDAS A PROPOSIÇÕES	INDICAÇÃO (INC)	REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ¹	REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO	OUTROS ²	TOTAL SUGESTÕES	LOA ³	PPA	LDO	TOTAL
2001	15	5	3	0	0	0	0	1	24	11	0	0	35
2002	52	1	0	0	1	2	2	1	59	21	0	0	80
2003	55	1	0	0	0	1	0	0	57	16	1	0	74
2004	17	0	0	9	1	0	0	1	28	12	0	0	40
2005	93	0	0	2	2	4	1	5	107	21	0	5	133
2006	63	0	0	0	2	2	0	2	69	45	1	7	122
2007	79	4	0	1	1	8	0	0	93	0	0	26	119
2008	22	1	0	0	1	9	0	0	33	0	0	16	49
2009	45	1	3	0	0	19	0	0	68	0	0	12	80
2010	35	0	0	0	0	24	0	0	59	0	0	23	82
2011	23	0	1	1	0	15	0	0	40	0	3	4	47
2012	9	1	2	0	0	4	0	0	16	0	0	3	19
2013	24	0	2	1	1	19	0	0	47	0	0	14	61
2014	26	2	0	2	3	18	0	3	54	0	0	2	56
2015	25	0	1	2	2	19	0	0	49	5	0	0	54
2016	13	0	1	0	0	28	0	0	42	6	0	3	51
2017	28	0	2	0	1	13	0	0	44	3	0	2	49
2018	30	0	7	1	1	5	0	2	46	0	0	0	46
2019	55	0	0	1	1	16	0	2	75	2	0	0	77
2020	2	0	0	0	0	2	0	1	5	0	0	0	5
2021	12	0	0	0	1	6	0	0	19	1	0	0	20
2022	9	2	0	0	1	7	0	0	19	9	0	0	28
2023	27	0	2	0	3	4	0	0	36	2	0	0	38
TOTAL	759	18	24	20	22	225	3	18	1089	154	5	117	1365

1- Incluídos seminários, mesas redondas e similares

2 - PRC, PDL, Voto de Pesar, Voto de Louvor, pedidos diversos não enquadrados como proposição ou realização de audiências públicas

3 - As propostas de emenda às leis orçamentárias, incluindo o PPA, eram submetidas por meio de um tipo específico de Sugestão (SDL, SOA, SPP), até o ano de 2017. A partir de 2019 também foi possível sugerir, por meio de Sugestão, proposta de emenda aos projetos de lei orçamentários de lei orçamentária

4 - Em face da decretação da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) em 2020, a Comissão não foi instalada, o que explica a baixa apresentação de sugestões.

PROPOSIÇÕES ORIGINADAS DE SUGESTÃO									
<i>Sessão Legislativa</i>	<i>Projeto de Lei (PL)</i>	<i>Projeto de Lei Complementar (PLP)</i>	<i>Emenda a Projeto de Lei</i>	<i>Indicação (INC)</i>	<i>Projeto de Resolução</i>	<i>Requerimento de Informação (RIC)</i>	<i>Requerimento (REQ) AP</i>	<i>Outros</i>	TOTAL
2001	1	1	0	0	0	0	0	0	2
2002	20	4	0	2	0	1	2	0	29
2003	22	1	0	0	0	0	1	0	24
2004	10	0	1	0	0	0	0	0	11
2005	7	0	2	1	0	0	3	2	15
2006	15	0	0	1	0	0	2	0	18
2007	19	2	1	3	0	0	7	0	32
2008	22	1	0	4	0	0	9	0	36
2009	19	1	0	1	0	0	18	0	39
2010	13	1	0	0	0	0	23	0	37
2011	7	1	0	0	0	0	13	0	21
2012	3	0	0	0	0	0	4	0	7
2013	16	2	0	4	0	0	13	0	35
2014	7	0	0	0	0	0	11	0	18
2015	9	3	0	4	0	0	14	0	30
2016	10	0	0	1	0	0	22	0	33
2017	12	0	0	3	0	0	7	0	22
2018	12	0	0	2	0	0	3	0	17
2019	11	0	0	2	1	0	6	0	20
2020	1	0	0	0	0	0	1	0	2
2021	14	0	0	2	1	0	3	3	23
2022	1	1	0	0	0	0	11	2	15
2023	14	1	0	2	0	0	4	2	23
TOTAL	265	19	4	32	2	1	177	9	509

REQUERIMENTOS				
SESSÃO LEGISLATIVA	REUNIÕES ¹	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ²	OUTROS ³	TOTAL
2001	4	30	0	34
2002	6	2	1	9
2003	9	1	8	18
2004	4	0	1	5
2005	23	0	9	32
2006	7	0	4	11
2007	13	0	6	19
2008	16	0	11	27
2009	39	0	24	63
2010	22	0	4	26
2011	16	0	7	23
2012	17	2	6	25
2013	34	5	6	45
2014	28	0	3	31
2015	45	1	9	55
2016	36	0	4	40
2017	70	4	17	91
2018	35	0	10	45
2019	108	6	25	139
2020	0	0	0	0
2021	103	0	11	114
2022	65	1	15	81
2023	89	0	8	97

1 - Audiências Públicas, Seminários, Mesas Redondas, Encontros

2 - Requerimentos de Informação, convite e convocação de membros do governo, Indicações

3 - Requerimentos procedimentais, de moções, louvor, encaminhamento de solicitações à Mesa/ Presidência etc

ATIVIDADES ¹				
SESSÃO LEGISLATIVA	REUNIÕES DELIBERATIVAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SEMINÁRIOS E OUTROS ²	TOTAL
2001	13	3	1	17
2002	18	1	0	19
2003	22	5	3	30
2004	10	1	1	12
2005	14	5	7	26
2006	15	1	6	22
2007	34	7	7	48
2008	27	9	8	44
2009	29	27	9	65
2010	24	11	12	47
2011	22	7	17	46
2012	19	7	3	29
2013	26	21	14	61
2014	16	12	11	39
2015	23	14	24	61
2016	16	18	14	48
2017	34	42	17	93
2018	22	12	10	44
2019	31	58	22	111
2020*	0	0	0	0
2021	30	63	14	107
2022	18	31	19	68
2023	20	42	16	78

**Com a decretação da pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2), as comissões parlamentares não foram instaladas.*

1 - Contabilizadas apenas reuniões efetivamente iniciadas. Reuniões agendas e canceladas não estão incluídas.

2 - Seminários, Mesas redondas, palestras, debates, reuniões de trabalho

TRAMITAÇÃO E RESULTADO

	<i>Proposições Legislativas¹</i>	<i>Requerimentos²</i>	<i>Outros³</i>	<i>Total</i>
<i>Aprovadas</i>	326	177	9	512
<i>Rejeitadas</i>	338	11	1	350
<i>Em tramitação⁴</i>	63	40	2	105
<i>Total⁵</i>	727	228	12	967

1 - PL, PLP, PEC, PRC, PDC/PDL, INC, RIC, Emendas a Proposições

2 - Para realização de eventos

3 - Estudos, moções e votos de louvor e pesar, Emendas ao Orçamento

4 - Sugestões não apreciadas nas sessões legislativas anteriores, incluindo a de 2022

5 - Não estão contabilizadas as Sugestões prejudicadas ou devolvidas.



EVENTOS

Nesta seção, apresentamos informações sobre as reuniões não deliberativas, realizadas na forma de audiências públicas, seminários, mesas redondas, reuniões técnicas entre outras. A apresentação se dá na ordem cronológica e por tipo de reunião.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS


REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT NO ESTADO DE MINAS GERAIS



18 de abril de 2023

A audiência pública conjunta da Comissão da Amazônia, Povos Originários e Tradicionais e da Comissão de Legislação Participativa, sob a presidência da deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), teve como foco principal a discussão sobre a regulamentação da Convenção da OIT nº 169 no Estado de Minas Gerais, com especial atenção às vozes e necessidades de povos e comunidades tradicionais. A audiência foi convocada seguindo a aprovação dos Requerimentos nº 19 e nº 16 de 2023, ambos de autoria da presidente da sessão.

Durante a audiência, foi enfatizada a importância da escuta ativa das comunidades tradicionais e povos indígenas, representados por lideranças como o Cacique parente Arapowaná e o Helder Magno, da Procuradoria Regional de Tutela dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal. A discussão girou em torno da Resolução Conjunta que, segundo relatos, desagradou tanto as lideranças das comunida-



des tradicionais quanto o setor empresarial, especialmente o da mineração. A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília de Carvalho Melo, expressou a insatisfação geral com a resolução, destacando a urgência e relevância do debate para encontrar um caminho que atenda às necessidades de todas as partes envolvidas.

A audiência também abordou a necessidade de promoção dos direitos dos povos de comunidades tradicionais, com a SEDESE e a SEMAD discutindo a possibilidade de revogação da resolução em questão. Foi ressaltada a importância do protagonismo das comunidades tradicionais no processo de discussão e tomada de decisão, visando a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas.

Os participantes da audiência, incluindo representantes de povos e comunidades tradicionais, advogados e membros do Ministério Público Federal, expressaram a expectativa de que a resolução seja revogada. Eles argumentaram que a medida impacta diretamente a vida e o bem-estar das comunidades, enfatizando a necessidade de um processo que verdadeiramente ouça e incorpore as vozes desses grupos na formulação de políticas públicas.

A audiência pública foi concluída com um chamado à ação para a revogação da resolução controversa e reafirmou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa e de parlamentares com a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67617>

OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA PARA O PRODUTOR RURAL



19 de abril de 2023

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública, presidida pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/ MG), para debater a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica para produtores rurais. Esta audiência foi organizada em resposta à aprovação do Requerimento nº 5, de 2023, de autoria do presidente da sessão, evidenciando a importância do tema para a população brasileira, especialmente para os agricultores que desempenham um papel crucial na produção de alimentos.

O evento foi marcado pela presença de parlamentares, representantes de entidades e especialistas no assunto, que contribuiram com suas perspectivas e conhecimentos sobre a implementação da nota fiscal eletrônica no setor rural. A audiência visou não apenas debater as implicações dessa obrigatoriedade, mas também entender os desafios



enfrentados pelos produtores rurais, especialmente em termos de conectividade e acesso à tecnologia.

Durante a audiência, foi destacada a importância da conectividade no campo como um fator crítico para o sucesso da implementação da nota fiscal eletrônica entre os produtores rurais. A falta de acesso à internet em áreas rurais foi apontada como um dos principais obstáculos, sugerindo-se a necessidade de políticas públicas que promovam a expansão da conectividade nessas regiões para facilitar o cumprimento da nova legislação.

Além disso, a reunião abordou a importância de capacitações e suporte técnico aos produtores rurais para a adoção da nota fiscal eletrônica, enfatizando a necessidade de iniciativas que auxiliem na transição para o uso dessa tecnologia. Foi mencionada a realização de treinamentos e a disponibilização de recursos para garantir que os agricultores possam se adaptar às novas exigências sem maiores dificuldades.

A audiência pública também foi uma oportunidade para os participantes expressarem suas preocupações e sugestões, promovendo um diálogo construtivo entre os diversos *stakeholders* envolvidos, representando um passo significativo no debate sobre a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica para produtores rurais, reunindo *insights* valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A sessão reforçou a necessidade de considerar as particularidades do setor agrícola brasileiro, buscando soluções que alinhem avanços tecnológicos com o desenvolvimento sustentável e a inclusão digital no campo.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67599>


VIOLÊNCIAS COMETIDAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS NO BRASIL.



20 de abril de 2023

Audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHMIR), de Legislação Participativa (CLP), e da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), presidida pela deputada Luizianne Lins (PT/CE), com objetivo principal debater violência cometida contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil, em consonância com os requerimentos nº 3, de 2023, da CDHMIR, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF); nº 4, de 2023, da CLP, também de autoria da Deputada Erika Kokay; e nº 10, de 2023, da CPOVOS, de autoria da Deputada Célia Xakriabá (PSol/MG), que refletem a preocupação crescente com a situação de vulnerabilidade enfrentada por crianças e adolescentes indígenas em diferentes regiões do Brasil.

Durante a audiência, foi dada prioridade aos depoimentos de mulheres indígenas, seguidos pelas exposições de convidados especialistas no assunto. A organização do



evento permitiu que os participantes, tanto de forma presencial quanto remota, compartilhassem suas experiências e perspectivas sobre as violências sofridas por crianças e adolescentes indígenas, incluindo a negação de direitos básicos como educação e saúde, bem como a exposição a diversas formas de abuso.

Um dos pontos destacados foi a importância da educação na preservação da cultura e língua indígenas, assim como a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam a proteção e promoção dos direitos das crianças indígenas. A audiência também abordou a urgência em articular ações entre o movimento social, o poder executivo e o legislativo para enfrentar esses desafios.

A audiência pública representou um espaço vital para o diálogo e a busca de soluções conjuntas, evidenciando a necessidade de um plano nacional de proteção e promoção dos direitos das crianças indígenas. A participação ativa de parlamentares, representantes de entidades governamentais e não governamentais, e a comunidade indígena, reforçou o compromisso com a causa e a urgência em adotar medidas concretas.

Concluindo, a realização desta audiência pública conjunta das Comissões na Câmara dos Deputados ressaltou a importância de abordar as violências contra crianças e adolescentes indígenas como uma questão prioritária na agenda política do país. A sessão enfatizou a necessidade de ações integradas e eficazes que assegurem a proteção integral dessa população vulnerável, promovendo seus direitos e bem-estar.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67621>


DIA MUNDIAL DE JERUSALÉM



26 de abril de 2023

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, sob a presidência do Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), para debater o Dia Mundial de Jerusalém, um tema de relevância internacional pois toca em questões de direitos humanos, soberania e conflitos geopolíticos. A audiência foi resultado da aprovação do Requerimento nº 11, de 2023, de autoria do próprio Deputado Leonardo Monteiro, que destacou a importância de discutir o assunto dentro do contexto legislativo brasileiro.

O evento contou com a participação de membros do colegiado, representantes de diversas instituições, e um público engajado, tanto presencial quanto virtualmente, evidenciando o interesse e a preocupação com a situação da população palestina em Israel e, por extensão, no Oriente Médio. Entre os convidados, estavam o Embaixador da República Islâmica do Irã, Dr. Hossein Gharibi, e representantes de instituições brasileiras



com ligações estreitas com a Palestina, como o Instituto Brasil-Palestina e a Federação Árabe Palestina do Brasil, que contribuíram com perspectivas valiosas sobre o tema.

Durante a audiência, foram levantadas questões críticas sobre a situação das crianças palestinas, os desafios enfrentados pela população em meio ao conflito e a necessidade de uma maior atenção internacional para com a causa palestina. A discussão também abordou a importância de promover a justiça e a paz na região, respeitando os direitos e a soberania dos povos envolvidos. A audiência pública serviu como um fórum para expressar solidariedade ao povo palestino, além de explorar formas de apoio e cooperação internacional.

Os participantes da audiência, incluindo os parlamentares e os convidados, enfatizaram a necessidade de uma solução justa e pacífica para o conflito israelense-palestino, que respeite os direitos humanos e promova a coexistência pacífica entre as nações. A sessão também destacou o papel do Brasil e da comunidade internacional em fomentar o diálogo e apoiar iniciativas que visem à paz e à estabilidade na região.

Além dos debates, a audiência pública foi uma oportunidade para reafirmar o compromisso dos participantes com a causa palestina, reconhecendo a complexidade do conflito e a urgência de se encontrar caminhos para a paz. O evento reiterou a importância de continuar o diálogo e a cooperação entre os países e as organizações internacionais para alcançar uma solução duradoura para o conflito, destacando-se a importância de abordar as questões relacionadas ao conflito israelense-palestino de maneira justa e equilibrada, buscando sempre a promoção da paz e o respeito aos direitos humanos na região.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67682>

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E ENDEMIAS


Novas regras para a seguridade social dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias e o combate à precariedade do vínculo empregatício junto aos Gestores locais do SUS.



03 de maio de 2023

A audiência pública, que teve como pauta central a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, foi presidida pelo Deputado Leonardo Monteiro (Bloco/PT - MG), e contou com a presença significativa de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, além de outros participantes e palestrantes, evidenciando a importância do tema para a categoria e para a saúde pública brasileira.

Durante a audiência, a Sra. Elane Alves expressou gratidão pela iniciativa da audiência e destacou a contribuição histórica dos agentes comunitários de saúde e de endemias no enfrentamento de crises sanitárias no Brasil, como a cólera, a baixa vacina-



ção e a mortalidade infantil. A fala de Elane ressaltou a dívida do Estado brasileiro para com esses profissionais, que desempenharam papel crucial em momentos críticos para a saúde pública do país.

A audiência também foi marcada por manifestações de apoio à PEC 14, com participantes e palestrantes reforçando a necessidade de reconhecimento e valorização dos agentes comunitários de saúde e de endemias. O Deputado Pastor Sargento Isidório (Bloco/AVANTE - BA) elogiou a dedicação e o trabalho desses profissionais, considerando-os heróis e heroínas da saúde pública brasileira.

A Sra. Marivalda Santos Pereira de Araujo, Presidenta Nacional do Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias (FNARAS), também se manifestou, enfatizando a luta pela aprovação da PEC 14/21. Sua fala destacou a importância da mobilização e da união da categoria para a conquista de direitos e melhorias nas condições de trabalho.

A audiência contou ainda com a participação do Dr. Pedro Eduardo Almeida da Silva, representando o Ministério da Saúde, e do Deputado Chico Alencar (Bloco/PSOL - RJ), que trouxeram contribuições relevantes para o debate. As discussões abordaram não apenas a valorização dos agentes de saúde, mas também questões mais amplas relacionadas à saúde pública e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A audiência pública serviu como espaço fundamental para a discussão e o fortalecimento da luta pela aprovação da PEC 14/21, que busca garantir direitos e reconhecimento aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. O evento reforçou a importância desses profissionais para o sistema de saúde do Brasil e mobilizou suporte para a causa, destacando a necessidade de ações concretas para a valorização e proteção desses trabalhadores essenciais.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67808>

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E ENDEMIAS




10 de maio de 2023

A audiência pública, presidida pelo deputado Glauber Braga (Bloco/PSOL - RJ), teve como foco principal debater soluções para os moradores da comunidade centenária do Horto, localizada na cidade do Rio de Janeiro, e as questões relacionadas ao seu meio ambiente. A sessão foi convocada em resposta ao Requerimento nº 19, de 2023, de autoria do presidente da sessão, que destacou a importância de abordar os desafios enfrentados pela comunidade e buscar encaminhamentos conjuntos.

Durante a audiência, houve uma ênfase na necessidade de diálogo e cooperação entre os diversos atores envolvidos, incluindo membros do governo, representantes da comunidade, advogados e acadêmicos. O objetivo era explorar soluções que respeitassem os direitos dos moradores e promovessem a preservação ambiental, considerando o histórico e a importância cultural da comunidade do Horto para a cidade do Rio de Janeiro.

A discussão também abordou a complexidade jurídica e social do caso, refletindo sobre decisões judiciais passadas e a necessidade de atualizar as abordagens à luz de novas legislações e contextos políticos. Foi mencionada a importância de considerar o



Estatuto da Cidade e outras leis relacionadas a assentamentos urbanos informais, visando encontrar um equilíbrio entre os direitos à moradia e a conservação ambiental.

Os participantes da audiência pública expressaram um forte desejo de avançar para além das disputas legais prolongadas, buscando uma solução que beneficiasse tanto os moradores quanto o meio ambiente. Houve um reconhecimento da necessidade de ações imediatas e de um plano de ação claro que pudesse ser implementado em um curto espaço de tempo, com a participação ativa de todos os interessados.

A audiência foi marcada por um espírito de colaboração, com os participantes expressando sua disposição para trabalhar juntos na busca por soluções pragmáticas e justas. O presidente da sessão, deputado Glauber Braga, enfatizou a importância de continuar o diálogo e estabelecer um cronograma para as próximas etapas, incluindo a possibilidade de intervenção governamental para facilitar uma resolução pacífica e consensual.

Em conclusão, a audiência pública representou um passo significativo no esforço para resolver os desafios enfrentados pela comunidade do Horto. A sessão destacou a complexidade do caso e a urgência de encontrar soluções equitativas, ressaltando a importância do diálogo contínuo, da cooperação e da ação imediata para garantir os direitos dos moradores e a preservação do meio ambiente.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67979>


DESAFIOS PARA O ACESSO A APOSENTADORIA PARA A TRABALHADORA DOMÉSTICA



23 de maio de 2023

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública, presidida inicialmente pelo Deputado Tarcísio Motta (PSOL/RJ), e posteriormente pela Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), visando a debater os desafios enfrentados pelas trabalhadoras domésticas no acesso à aposentadoria, um tema de relevância social e econômica que reflete as desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho brasileiro.

A audiência foi convocada em resposta ao Requerimento nº 21, de 2023, apresentado pelas Deputadas Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Luiza Erundina (PSOL/SP), subscrito pelos deputados Chico Alencar (PSOL/RJ), Tarcísio Motta (PSOL/RJ) e Glauber Braga (PSOL/RJ). O encontro reuniu membros do governo, representantes de organizações



da sociedade civil, acadêmicos e trabalhadoras domésticas, proporcionando um espaço plural para discussão e proposição de soluções.

Durante a audiência, foi destacada a histórica precarização do trabalho doméstico no Brasil, um setor majoritariamente feminino e de grande relevância econômica, mas que sofre com a falta de reconhecimento e proteção social. Desde a implementação da CLT em 1943, o trabalho doméstico foi considerado menos produtivo ou até mesmo não produtivo, o que reflete uma desvalorização persistente dessas atividades e de quem as executa.

Os participantes da audiência pública enfatizaram a importância de políticas públicas que promovam a formalização do trabalho doméstico e garantam direitos trabalhistas e previdenciários para essas trabalhadoras. Foi mencionada a necessidade de uma atuação mais efetiva do Estado na fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, bem como a implementação de campanhas de conscientização sobre os direitos das trabalhadoras domésticas.

A criação de uma Política Nacional de Cuidados foi apontada como uma estratégia fundamental para reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidados, considerando a sua importância para a sociedade como um todo. Essa política deveria abordar tanto a perspectiva de quem recebe os cuidados quanto a de quem os presta, promovendo condições dignas de trabalho e remuneração justa.

Em conclusão, a audiência pública representou um passo importante na luta pelo reconhecimento e valorização do trabalho doméstico no Brasil. As discussões e propostas apresentadas refletem a urgência de ações concretas para garantir os direitos previdenciários e trabalhistas das trabalhadoras domésticas, promovendo a equidade e justiça social no mercado de trabalho.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67791>


LAUDATO SI': COMPROMISSO CRISTÃO COM A JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL



23 de Maio de 2023

A Comissão de Legislação Participativa promoveu audiência pública, sob a presidência do deputado João Daniel (Bloco/PT - SE), dedicada ao tema “Compromisso cristão com a justiça socioambiental”, inspirada pela Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco. Esta reunião foi realizada em decorrência da aprovação d Requerimento nº 23, de 2023, de autoria do presidente da sessão, com o objetivo de resgatar e aprofundar as discussões sobre as questões socioambientais abordadas na encíclica.

Durante a audiência, destacou-se a presença de figuras importantes como a Sra. Sônia Gomes de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil; a Sra. Ceres Luisa Antunes Hadich, Dirigente Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Sr. Cacique Dadá Borari, liderança da Terra Indígena Maró; e D. José Ionilton Lisboa de Oliveira, Bispo da Prelazia de Itacoatiara, entre outros. Esses convidados trouxeram à mesa discussões profundas sobre a necessidade de uma reforma agrária popular,



a defesa dos territórios indígenas e a oposição a projetos que ameaçam a integridade socioambiental, como o Projeto de Lei nº 490, de 2007, e a exploração de petróleo na foz do Amazonas.

A audiência também serviu como uma plataforma para reafirmar o apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na sua decisão de negar licença para a perfuração de poços de petróleo pela PETROBRAS no litoral do Amapá, evidenciando a importância da preservação ambiental frente aos interesses econômicos.

Os participantes da audiência pública enfatizaram a urgência de abordar a crise climática e a degradação ambiental com soluções que respeitem os direitos dos povos indígenas e promovam a justiça socioambiental. A discussão reiterou a necessidade de políticas públicas que alinhem desenvolvimento econômico com sustentabilidade e respeito à biodiversidade.

A sessão foi marcada por um forte apelo à ação coletiva e à responsabilidade compartilhada na proteção do meio ambiente e na promoção da justiça social. Os discursos ressaltaram a importância de ouvir e incluir as vozes das comunidades tradicionais e indígenas nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

Em resumo, a audiência pública destacou a interconexão entre fé, justiça socioambiental e a urgência de ações concretas para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. A reunião reforçou o compromisso com a defesa dos direitos ambientais e sociais, alinhando-se com os ensinamentos da *Laudato Si'* e chamando atenção para a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva para a sustentabilidade.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68100>

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DEFENSORAS POPULARES



30 de maio de 2023

Sob a presidência do deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), a Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública para debater a importância do Projeto Defensoras Populares, uma iniciativa voltada para a capacitação e empoderamento de mulheres em noções de direitos humanos e acesso à justiça, destacando-se como um instrumento vital para o enfrentamento à violência de gênero e promoção da justiça social.

A audiência foi convocada a partir do Requerimento nº 14, de 2023, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), refletindo o compromisso do legislativo em promover ações que fortaleçam a participação cidadã e a defesa dos direitos fundamentais. Durante o evento, destacou-se a presença de representantes da sociedade civil, membros do governo e especialistas na área de direitos humanos, que compartilharam experiências,



desafios e sucessos relacionados à implementação do projeto em diferentes regiões do Brasil.

Os discursos enfatizaram a relevância das Defensorias Públicas na promoção de educação em direitos como estratégia para o empoderamento das mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Foi destacada a importância de metodologias participativas e dialógicas no processo de capacitação, que não apenas transmitem conhecimento, mas também fomentam a construção coletiva de soluções para as violações de direitos vivenciadas no cotidiano.

Um dos pontos altos da audiência foi a apresentação de relatos sobre a implementação e os impactos do Projeto Defensoras Populares em diversos estados, como o Piauí e o Paraná. Esses relatos ilustraram como a iniciativa tem sido capaz de transformar a realidade de muitas mulheres, capacitando-as não apenas para defender seus próprios direitos, mas também para atuar como agentes multiplicadoras em suas comunidades.

A discussão também abordou os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19, que exigiu a adaptação do projeto para o formato virtual, evidenciando a capacidade de resiliência e inovação das organizações envolvidas para garantir a continuidade do empoderamento feminino em tempos de crise.

Em conclusão, a audiência pública reafirmou a importância do Projeto Defensoras Populares como uma ferramenta essencial para o fortalecimento da democracia e a promoção da justiça social. O evento destacou a necessidade de ampliar e fortalecer iniciativas semelhantes, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violência contra as mulheres.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67958>


TAXONOMIA VERDE



7 de junho de 2023

Audiência Pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), com pauta principal sendo a discussão sobre a taxonomia verde, ambiental e social de atividades econômicas, projetos de infraestrutura e tecnologias, teve o objetivo de orientar a destinação de incentivos econômicos, fiscais e creditícios. A audiência foi convocada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do próprio presidente da sessão.

Durante a audiência, houve a participação de diversos especialistas e representantes de entidades governamentais e não governamentais, que contribuíram com suas visões e experiências relacionadas ao tema. Entre os participantes, destacaram-se Fernando Folle, representando a PREVIC, que enfatizou a importância da taxonomia verde para o segmento de previdência complementar fechada e para a economia brasileira, e Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, que ressaltou a iniciativa legislativa como fundamental para a promoção da sustentabilidade.



A audiência abordou a necessidade de estabelecer uma linguagem comum e coordenada que permita a homogeneização dos entendimentos e objetivos em relação à taxonomia verde. Esse esforço de coordenação foi apontado como essencial para avançar nas políticas públicas e nas práticas de mercado relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à transição econômica para modelos mais verdes.

Um dos pontos enfatizados foi a importância da participação social e da interação entre os diversos setores da sociedade para a construção de uma taxonomia verde eficaz. A audiência destacou o papel das organizações civis e do setor privado nesse processo, evidenciando a necessidade de colaboração mútua para alcançar os objetivos ambientais e sociais propostos.

A discussão também ressaltou a relevância de alinhar a taxonomia verde com as políticas públicas e a legislação existente no Brasil, apontando para a necessidade de um trabalho contínuo de revisão e adaptação das normas para incorporar os critérios de sustentabilidade. Nesse contexto, foram mencionadas iniciativas como o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), que trabalha na intersecção entre finanças e sustentabilidade, como exemplo de esforços em andamento para promover a integração da taxonomia verde nas práticas econômicas e financeiras.

Em conclusão, a audiência pública representou um passo significativo no debate sobre a implementação da taxonomia verde no Brasil. O evento proporcionou um espaço para o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes atores, reforçando a urgência e a importância de promover práticas econômicas que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. A reunião reafirmou o compromisso dos participantes com a busca por soluções que contribuam para a transição para uma economia verde e a construção de um futuro sustentável para o país.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68416>

PANTANAL BRASILEIRO: PERSPECTIVAS GLOBAIS E LOCAIS DA MAIOR PLANÍCIE ALAGÁVEL DO PLANETA



13 de junho de 2023

A Comissão de Legislação Participativa promoveu Audiência Pública, presidida pelo deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), com o intuito de discutir a preservação do Pantanal, um dos biomas mais ricos e ao mesmo tempo mais ameaçados do Brasil. O evento contou com a participação de especialistas, representantes governamentais e membros de organizações ambientais, que apresentaram suas perspectivas, dados e propostas para a proteção e sustentabilidade do Pantanal.

Durante a audiência, Eduardo Rosa, Coordenador de Mapeamento do Pantanal pelo MAPBIOMAS, destacou a importância do bioma para a biodiversidade brasileira e apontou os principais desafios enfrentados, como o desmatamento e a expansão da monocultura, que ameaçam a integridade e a riqueza natural do Pantanal. A necessidade



de políticas públicas eficazes e ações concretas para coibir essas ameaças foi um consenso entre os participantes.

Joanice Lube, Superintendente do IBAMA de Mato Grosso do Sul, apresentou as ações do órgão na região e enfatizou a importância da colaboração entre as entidades governamentais, a sociedade civil e o setor privado para a conservação do Pantanal. Ela também destacou o papel crucial da legislação ambiental e da fiscalização para a proteção do bioma.

Luciano Furtado Loubet, Vice-Presidente da ABRAMPA e Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, criticou a insuficiência das normativas atuais, classificando-as como “soft law”, e chamou atenção para a necessidade de legislação específica e mais rigorosa para o Pantanal, que estabeleça limites claros e proibições para atividades prejudiciais ao bioma.

Leonardo Gomes, Diretor do Instituto SOS Pantanal, e Luciana Leite, Defensora do Clima e da Biodiversidade pela Environmental Justice Foundation, também contribuíram com suas visões sobre a importância da conservação do Pantanal e a urgência de medidas para combater o desmatamento e promover práticas sustentáveis na região.

A Audiência Pública ressaltou a complexidade dos desafios enfrentados pelo Pantanal e a necessidade de uma abordagem integrada e multissetorial para sua preservação. Os participantes enfatizaram a importância de fortalecer a legislação ambiental, promover a educação e a conscientização ambiental, e incentivar práticas de manejo sustentável para garantir a proteção e a sustentabilidade do Pantanal para as futuras gerações.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68444>

CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE MOBILIDADE E DA TARIFA ZERO NO TRANSPORTE PÚBLICO



15 de junho de 2023

Realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em 15 de Junho de 2023, a Audiência Pública teve como foco a discussão em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2023, que propõe a criação do sistema único de mobilidade e da implementação da tarifa zero no transporte público. Este evento, presidido pelo Deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), foi convocado em resposta aos Requerimentos nº 92, de 2023, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) e da Deputada Luizianne Lins (PT/CE), e do Requerimento nº 37, de 2023, da Comissão de Legislação Participativa, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) e do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ).

A sessão contou com a presença de parlamentares, representantes de movimentos sociais, especialistas em mobilidade urbana e cidadãos engajados na causa, que compartilharam suas experiências, preocupações e sugestões para a melhoria do transporte público no Brasil. A audiência foi marcada por um amplo debate sobre as implicações



sociais, econômicas e ambientais da implementação de um sistema de mobilidade mais inclusivo e acessível.

Durante a audiência, destacou-se a importância de um transporte público de qualidade como direito fundamental para a garantia da mobilidade urbana, essencial para o acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego. A proposta de tarifa zero foi amplamente discutida, com argumentos que ressaltaram seu potencial para promover a inclusão social, reduzir desigualdades e contribuir para a sustentabilidade ambiental, ao incentivar uma menor dependência de veículos particulares.

Os participantes da audiência também abordaram os desafios para a implementação da tarifa zero e do sistema único de mobilidade, incluindo questões de financiamento, infraestrutura e gestão. Foram sugeridas diversas fontes de financiamento alternativas, como a taxação de grandes fortunas e a revisão de subsídios a combustíveis fósseis, além da necessidade de investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis de transporte.

A audiência pública evidenciou um consenso sobre a urgência de repensar o modelo de mobilidade urbana no Brasil, com ênfase na construção de cidades mais humanas, justas e sustentáveis. A participação ativa da sociedade civil, representada por movimentos sociais e entidades engajadas na causa, foi destacada como fundamental para pressionar por mudanças legislativas e políticas públicas que atendam às demandas da população por um transporte público de qualidade e acessível a todos.

Em conclusão, a reunião representou um passo importante na discussão sobre a reformulação do sistema de mobilidade urbana no Brasil. O evento reforçou a necessidade de um diálogo contínuo entre o poder público, a sociedade civil e os especialistas para avançar na implementação de soluções inovadoras e eficazes que garantam o direito à mobilidade para toda a população.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68500>

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS AOS BAHÁ'ÍS NO IRÃ




16 de junho de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública, presidida pela deputada Erika Kokay (PT/DF), cujo principal objetivo foi debater as violações de direitos humanos contra a comunidade *Bahá'í* no Irã, uma questão trazida à atenção da Comissão por meio da Sugestão nº 5, de 2022, proposta pela própria Comunidade Bahá'í do Brasil.

A audiência contou com a participação de diversos membros do colegiado, convidados e convidadas, além do público geral que acompanhou o evento pela Internet. A transmissão online facilitou a inclusão de participantes remotos, ampliando o alcance e a diversidade das contribuições ao debate. Entre os participantes estava a Sra. Ofir Maryuri Mora Grisales, Assessora do Programa de Fortalecimento Democrático da Conectas Direitos Humanos, que contribuiu com sua perspectiva sobre o tema em discussão.

A iniciativa para a realização desta audiência partiu da própria Comunidade Bahá'í, refletindo o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em ser um espaço



aberto à participação da sociedade civil em questões legislativas. A Sra. Renata Amado, Coordenadora da Área de Defesa do Escritório de Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil, fez a exposição inicial, representando os autores da sugestão que motivou a audiência. O Deputado Padre João, relator da sugestão, havia anteriormente emitido um parecer favorável à realização do evento, reconhecendo a importância do tema.

Durante a reunião, foram discutidas as diversas formas de violações de direitos humanos enfrentadas pela comunidade Bahá'í no Irã, incluindo perseguições, discriminações e restrições à liberdade religiosa. Os participantes enfatizaram a necessidade de solidariedade internacional e de ações concretas para apoiar os Bahá'ís no Irã, bem como para promover o respeito aos direitos humanos e à liberdade religiosa no país.

A audiência culminou com a proposta de uma moção de solidariedade ao povo Bahá'í, tanto no Brasil quanto no Irã, destacando a importância de reconhecer e valorizar a contribuição da comunidade Bahá'í para a sociedade. O evento reforçou o papel da Comissão de Legislação Participativa como um espaço de diálogo e ação em prol dos direitos humanos e da participação cidadã na legislação brasileira.

Em resumo, a audiência pública foi um marco importante na discussão sobre as violações de direitos humanos contra a comunidade Bahá'í no Irã, refletindo o compromisso da Câmara dos Deputados em abordar questões de direitos humanos e liberdade religiosa em um contexto internacional.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68530>


DEFESA DA INTEGRIDADE DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA DA UFRJ



21 de junho de 2023

Audiência Pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa teve como foco central a discussão sobre o projeto de “Valorização” do Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especificamente abordando os riscos que tal projeto poderia representar para a integridade do campus da Praia Vermelha da UFRJ. Este encontro foi realizado sob a presidência do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), em resposta ao Requerimento nº 12, de 2023, de sua autoria, demonstrando a preocupação com a preservação do patrimônio educacional e cultural representado pelo campus.

Durante a audiência, a Comissão de Legislação Participativa buscou promover um debate amplo e inclusivo, contando com a participação de oito convidados, dos quais cinco estiveram presentes fisicamente e três se juntaram de forma remota. A sessão foi caracterizada por um formato dinâmico, que priorizou a interação direta e o debate entre os participantes, permitindo um aprofundamento nas discussões sobre as implicações do projeto em questão.



Os participantes da audiência, incluindo acadêmicos, representantes de entidades estudantis e especialistas em gestão pública, expressaram preocupações significativas em relação ao projeto de valorização do patrimônio da UFRJ. Entre as principais questões levantadas, destacaram-se os possíveis impactos negativos sobre o acesso à educação, a preservação do ambiente acadêmico e a manutenção da integridade cultural e histórica do campus da Praia Vermelha.

Além disso, foi enfatizada a importância da transparência e da participação pública nas decisões relativas à gestão do patrimônio universitário. Os participantes apelaram para que fossem garantidos processos decisórios mais abertos e inclusivos, com a devida consideração das vozes da comunidade acadêmica e da sociedade civil no planejamento e implementação de projetos dessa natureza.

Como resultado das discussões, a audiência pública culminou com a proposição de encaminhamentos específicos por parte da Comissão de Legislação Participativa. Entre as medidas sugeridas, destacou-se a solicitação formal de informações e documentos relativos ao projeto, dirigida a entidades como o BNDES, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a própria UFRJ. Essas ações visam assegurar maior transparência e possibilitar uma avaliação mais criteriosa dos impactos do projeto.

Em suma, a audiência representou um momento crucial de mobilização e debate sobre a gestão do patrimônio da UFRJ, refletindo o compromisso da Comissão de Legislação Participativa e dos participantes em promover a preservação dos valores educacionais, culturais e históricos associados ao campus da Praia Vermelha. A sessão reforçou a necessidade de diálogo, transparência e participação ativa da comunidade na tomada de decisões que afetam o patrimônio público educacional.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68600>


A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL NO CONTEXTO DE CRISE CLIMÁTICA NO MUNDO



22 de junho de 2023

A Audiência Pública, sob a égide da Comissão de Legislação Participativa, com a coparticipação da Comissão de Educação, foi convocada por meio do requerimento 34/2023, de autoria do deputado Chico Alencar, aprovado na Comissão de Legislação Participativa, e do requerimento 107/2023, da deputada Duda Salabert, aprovado na Comissão de Educação. A reunião teve como foco principal o debate sobre a importância da educação climática no Brasil, inserida no contexto da crise climática global.

A sessão foi aberta pelo presidente, Chico Alencar (Bloco/PSOL - RJ), que destacou a relevância do encontro em tempos de desafios ambientais crescentes. A audiência contou com a participação de especialistas e ativistas ambientais, que compartilharam insights e propostas para a incorporação da educação climática nas políticas públicas bra-



sileiras. Entre os participantes, estava Emanuel, um jornalista ambiental, cuja presença foi destacada pelo presidente no início da reunião.

Durante a audiência, foi enfatizada a urgência de implementar sistemáticas amplas e consistentes de educação climática, especialmente diante dos eventos extremos e da crise climática já em curso, conforme apontado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Os participantes discutiram a Lei nº 9.795, de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, ressaltando a necessidade de atualizar e fortalecer essa legislação para incluir de forma explícita questões climáticas.

A apresentação de exemplos legislativos e a discussão sobre o Observatório do Clima (OPCC) foram pontos destacados, mostrando como a legislação pode ser aprimorada para abordar a educação ambiental de maneira mais efetiva. A audiência também explorou a ideia de cooperação como um novo tom para as discussões climáticas, sugerindo que o Parlamento poderia contribuir significativamente para essa agenda, especialmente antes da próxima Conferência das Partes (COP).

Ao final da audiência, foram propostas ações concretas, como o aperfeiçoamento da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, para incluir questões climáticas de forma explícita. A reunião foi um marco importante para o debate sobre educação climática no Brasil, reunindo especialistas, legisladores e a sociedade civil para discutir estratégias e ações voltadas à integração da crise climática nas políticas educacionais. A iniciativa reflete o compromisso da Câmara dos Deputados em enfrentar questões ambientais urgentes através da legislação e da participação cidadã.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68624>

SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL



28 de junho de 2023

Audiência Pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), a sessão teve como tema central a sustentabilidade na produção e consumo de alimentos de origem animal. Este evento resulta da aprovação do Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do próprio presidente da sessão, que, na abertura, enfatizou a importância do debate em torno da sustentabilidade alimentar, agradecendo a presença dos membros do colegiado, convidados e telespectadores, destacando a transmissão online do evento.

Durante a audiência, diversos expositores, incluindo Patrycia Sato, Presidente e Diretora Técnica da Alianima, compartilharam suas perspectivas e estudos sobre o impacto da produção animal no meio ambiente, saúde pública e bem-estar animal. Patrycia Sato apresentou evidências científicas e estudos realizados desde 2018, em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), destacando os custos



da resistência antibiótica para a saúde pública e a importância de práticas sustentáveis na produção animal.

A audiência também abordou a relevância da informação ao consumidor sobre as práticas de produção sustentável e o bem-estar animal, mencionando a tendência crescente de preocupação com esses temas entre consumidores e produtores. Foi discutida a importância de combater a “mentira verde”, ou seja, alegações ambientais falsas ou enganosas por parte de empresas, com referência a iniciativas internacionais como a lei da União Europeia que proíbe alegações ambientais sem comprovação.

Além disso, a sessão enfatizou a necessidade de abordar a sustentabilidade de forma ampla, incluindo a preservação do meio ambiente, o bem-estar animal e a produção alimentar sustentável. O presidente da sessão, deputado Zé Silva, ressaltou a importância de considerar todos esses aspectos na discussão sobre sustentabilidade, destacando a relevância do tema para a Comissão de Legislação Participativa.

A audiência pública foi marcada por um espírito de colaboração e diálogo entre os participantes, visando contribuir para a agenda de sustentabilidade na produção e consumo de alimentos de origem animal, representando um passo importante na discussão sobre práticas sustentáveis na produção e consumo de alimentos de origem animal, reunindo especialistas, legisladores e a sociedade para debater e propor soluções para os desafios enfrentados nesse setor. A iniciativa da Comissão de Legislação Participativa reflete o compromisso da Câmara dos Deputados em promover a sustentabilidade e o engajamento cidadão nas questões legislativas.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68414>


IGUALDADE DE DIREITOS E PROTEÇÃO JURÍDICA DA POPULAÇÃO LGBT+



29 de junho de 2023

Audiência Pública organizada pela Comissão de Legislação Participativa teve como foco principal a discussão sobre a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTQIAPN+. A reunião foi convocada em resposta ao Requerimento nº 25, de 2023, de autoria da deputada Érika Kokay (PT/DF), presidente da Audiência, que enfatizou a importância de debater e consolidar políticas públicas inclusivas para a comunidade LGBTQIAPN+.

Durante o evento, foi destacada a necessidade de assegurar a participação popular e a importância dos planos, conselhos e estruturas orgânicas no Estado para a promoção dos direitos LGBTQIAPN+. A discussão abordou também a qualidade do atendimento em equipamentos públicos, como centros de referência e delegacias especializadas em crimes de ódio, ressaltando a necessidade de funcionamento contínuo dessas estruturas para combater a impunidade e promover a segurança da população LGBTQIAPN+.



Os participantes da audiência enfatizaram a relevância da mobilização dos governos, do Poder Legislativo, da Justiça e da sociedade civil para avançar nas políticas públicas voltadas à cidadania LGBTQIAPN+. Foi mencionada a importância de fortalecer a participação popular e os conselhos de direitos, além de garantir uma escuta qualificada e um ambiente de autonomia para as organizações e movimentos sociais.

A audiência também abordou ações específicas de órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública em diferentes estados, que têm atuado na defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+, incluindo recomendações para o uso de banheiros por pessoas trans e ações contra a discriminação no trabalho. Essas iniciativas foram apresentadas como exemplos de como a legislação e a atuação institucional podem contribuir para a proteção e promoção dos direitos dessa comunidade.

A reunião destacou ainda a importância de definir planos e conselhos que assegurem a intersetorialidade e a participação da sociedade civil, visando enfrentar os desafios relacionados aos direitos LGBTQIAPN+ de forma mais eficaz. Foi ressaltada a necessidade de garantir uma maior regularidade no processo de implementação de políticas públicas, bem como estrutura física adequada para os conselhos estaduais, permitindo um trabalho contínuo de advocacia e controle social.

Ao final da audiência, a presidente reiterou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover discussões que contribuam para a consolidação de políticas públicas inclusivas e efetivas, especialmente para a população LGBTQIAPN+.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68759>


POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE FUNCIONAL



8 de agosto de 2023

Audiência Pública organizada pela Comissão de Legislação Participativa, realizada sob a presidência da deputada Erika Kokay (PT/DF), foi dedicada ao debate sobre o Projeto de Lei nº 1.673, de 2021, que propõe a implementação da Política Nacional de Saúde Funcional, fundamentada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde — CIF. A realização desta audiência foi motivada pela aprovação do Requerimento nº 30, de 2023, de autoria da presidente da sessão, destacando a importância da discussão para a inclusão e o bem-estar das pessoas com deficiência.

Durante a audiência, foi enfatizada a relevância da participação da sociedade no processo legislativo, especialmente por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além da possibilidade de contribuição pública através de plataformas digitais como o YouTube. A sessão contou com a presença de diversos especialistas e representantes de entidades relacionadas à saúde e direitos das pessoas com deficiência, que compartilharam insights e reforçaram a necessidade de uma política que incorpore a avaliação biopsicossocial para um diagnóstico mais completo e inclusivo.



A audiência abordou também a formação de um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos, com o objetivo de discutir e avançar na implementação da avaliação da funcionalidade e da avaliação biopsicossocial. Este grupo, caracterizado pela sua heterogeneidade, busca adaptar e qualificar instrumentos existentes para melhor refletir a funcionalidade das pessoas, com reuniões quinzenais abertas ao público e transmitidas online, visando ampliar a participação e o debate público sobre o tema.

Representantes de associações e profissionais da saúde enfatizaram a importância de políticas que promovam a funcionalidade dos indivíduos, reduzindo limitações e evitando restrições à participação social. A discussão incluiu a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada à saúde, que considere não apenas aspectos físicos, mas também psicológicos e sociais, refletindo a complexidade das condições crônicas e das incapacidades.

A audiência destacou a urgência de se estabelecer uma política nacional que reconheça e enderece as especificidades das pessoas com deficiência ou com condições crônicas, promovendo igualdade de tratamento e acesso a direitos. Foi ressaltada a importância de legislações específicas que garantam o direito ao tratamento adequado e à inclusão social, além da necessidade de conscientização e educação continuada sobre a CIF e suas aplicações na saúde pública.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69092>

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E ENDEMIAS


NOVAS REGRAS E PRECARIEDADE



15 de agosto de 2023

A reunião de audiência pública teve como pauta principal a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14/2021, que trata da aposentadoria especial e da desprecarização dos vínculos empregatícios dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). O encontro, presidido pelo deputado Leonardo Monteiro, do PT/MG, destacou-se pela abertura de diálogo definitivo com o governo, considerado um avanço positivo na busca por soluções para as demandas apresentadas.

Durante a sessão, foi enfatizada a importância da mobilização e do lobby junto aos parlamentares, especialmente considerando a presença de representantes dos ACS e ACE de diversas regiões do país, alguns dos quais viajaram mais de mil quilômetros para participar do evento. Essa mobilização visava a sensibilizar os deputados sobre a relevância da PEC 14/2021, utilizando panfletos explicativos e encontros diretos para influenciar a decisão sobre a votação da proposta.



Na audiência foi ressaltado o papel crucial desses profissionais no sistema de saúde brasileiro e a necessidade de reconhecimento e valorização de seu trabalho, através da aprovação da PEC 14/2021. A discussão também abordou a importância de garantir condições de trabalho dignas e justas para esses trabalhadores, que desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças e promoção da saúde nas comunidades.

Um dos momentos significativos da reunião foi a menção a uma reunião agendada com o Ministro, prevista para ocorrer no mesmo dia, às 14 horas, com o objetivo de discutir o encaminhamento das demandas dos ACS e ACE. Esse encontro com o governo foi visto como uma oportunidade para avançar nas negociações e buscar um consenso que atendesse às expectativas dos agentes.

Além disso, a audiência pública serviu como um espaço para reforçar a união e a organização dos ACS e ACE, destacando a importância da continuidade da luta e do engajamento político para a conquista de direitos. Foi ressaltada a necessidade de preparação e articulação para futuras mobilizações, visando assegurar a aprovação da PEC e a implementação de melhorias nas condições de trabalho desses profissionais.

Ao final da reunião, o presidente da sessão reafirmou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em continuar trabalhando em prol das demandas apresentadas e na busca por soluções que beneficiem os ACS e ACE.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69193>

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO




22 de agosto de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou Audiência Pública, presidida pela deputada Erika Kokay (PT/DF), convocada com o propósito de debater as perspectivas e desafios para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. O evento resultou da aprovação do Requerimento nº 27, de 2023, de autoria da própria deputada Erika Kokay, que destacou a importância da discussão para o avanço dos ODS no contexto nacional.

Durante a audiência, foi enfatizada a necessidade de uma ação conjunta entre o Parlamento, o Governo Federal e a sociedade civil para a efetiva implementação dos ODS. Representantes da sociedade civil presentes na sessão ressaltaram o papel crucial das recomendações do Relatório Luz, elaborado anualmente, que visa oferecer uma base de evidências para a cobrança e a proposição de políticas públicas alinhadas aos ODS.

A discussão também abordou o papel do Poder Executivo e do Poder Judiciário na promoção e implementação da Agenda 2030. Foi mencionada a importância de uma mudança de postura em relação ao apoio às ações vinculadas aos ODS, especialmente con-



siderando os desafios enfrentados nos anos anteriores. A participação do Poder Judiciário foi destacada como fundamental para o avanço da agenda, assim como a necessidade de um comprometimento crescente por parte do Legislativo.

Representantes de instituições como a FIOCRUZ e o IPEA contribuíram para o debate, destacando a importância da análise e adequação dos indicadores relacionados aos ODS. Foi mencionada a retomada da participação social no governo e a coordenação nacional para o avanço dos objetivos, evidenciando um momento de otimismo quanto à implementação da agenda.

A audiência ressaltou a importância da educação e da sensibilização da população sobre os ODS, considerando os desafios impostos pelo período de retrocesso nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A necessidade de uma abordagem pedagógica foi apontada como essencial para não perder a batalha pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento inclusivo.

Ao encerrar a reunião, a deputada Erika Kokay celebrou a realização da audiência e a formação da Frente ODS, marcando um passo importante para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, reafirmando o compromisso do colegiado com a agenda de desenvolvimento sustentável.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69401>

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA



23 de agosto de 2023

Sob a presidência da deputada Ana Pimentel (PT/MG), a Comissão de Legislação Participativa realizou audiência pública conjunta com as Comissões de Educação e Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para debater sobre a autonomia universitária, especialmente no que tange à eleição de reitores das universidades federais. A sessão foi marcada pela aprovação de requerimentos propostos pelas Deputadas Ana Pimentel e Natália Bonavides.

Durante a audiência, foi apresentada uma proposta que visa eliminar a lista tríplice para a nomeação de reitores, permitindo que a comunidade acadêmica tenha maior poder de decisão na escolha de seus dirigentes. Esta proposta busca assegurar que a eleição dos reitores respeite a autonomia das universidades e que o processo eleitoral seja efetivamente democrático, com o mais votado sendo nomeado diretamente pelo Presidente da República.

A Deputada Ana Pimentel destacou a existência de 16 projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, todos buscando alterar o artigo 16 da Lei nº 5.540, de 1968, que regula a nomeação de reitores. Esses projetos refletem o esforço contínuo e a importância



atribuída à questão da autonomia universitária e da gestão democrática no âmbito das instituições de ensino superior.

A audiência contou com a participação de representantes do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e de diversos segmentos da comunidade acadêmica. Esses participantes ressaltaram a importância da autonomia universitária como pilar fundamental para a liberdade de ensino, pesquisa e extensão, além de ser crucial para a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Um dos pontos altos do debate foi a discussão sobre a necessidade de reformular o processo de escolha dos reitores, de modo a fortalecer a democracia interna nas universidades e evitar intervenções políticas que possam comprometer a independência e a gestão das instituições de ensino superior. Foi enfatizado que a autonomia universitária é essencial para que as universidades possam cumprir seu papel social e acadêmico, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país.

Ao final da audiência, ficou evidente o consenso entre os participantes sobre a urgência de se avançar na legislação para garantir a autonomia universitária e a gestão democrática nas universidades federais. A sessão foi encerrada com o compromisso de continuar o diálogo e buscar soluções legislativas que assegurem a implementação desses princípios, reforçando o papel das universidades como espaços de liberdade, inovação e progresso social.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69423>


AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA SITUAÇÕES DECORRENTES DE SECAS E ENCHENTES



29 de agosto de 2023

Promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela Comissão de Legislação Participativa, Audiência Pública que discutiu políticas públicas voltadas para a crise climática e a inclusão de comunidades diretamente impactadas nas decisões políticas. A sessão foi marcada pela participação de diversos representantes de organizações ambientais e sociais, que trouxeram contribuições significativas para o aprimoramento de um texto de lei relacionado ao tema.

Durante a audiência, Igor Travassos, representando o Greenpeace, enfatizou a importância de incluir as pessoas afetadas pelas políticas públicas nas discussões, destacando que a falta de escuta dessas comunidades é um dos motivos pelos quais muitas políticas não alcançam seus objetivos. A reunião também contou com a presença de representantes de outras entidades, como o Instituto de Referência Negra Peregrum, Conectas Direitos Humanos, Observatório do Clima, Coalizão Negra por Direitos, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará, que participou de forma online.



A presidente da sessão, Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), destacou a importância da audiência para o recebimento de ponderações, críticas e sugestões sobre a legislação em discussão, ponderando sobre a necessidade de investir no Projeto de Lei nº 83, de 2022, ou buscar novas elaborações que reconheçam as políticas já existentes e as contribuições trazidas pelos participantes.

Os participantes discutiram a necessidade de uma transição energética justa que coloque as populações em primeiro lugar, ressaltando a importância do respeito à convencionalidade e a consideração dos direitos humanos nas políticas de adaptação. A questão da saúde mental também foi abordada como um aspecto fundamental a ser considerado nas discussões sobre adaptação climática.

Ao final da audiência, ficou clara a necessidade de criar um subgrupo de trabalho vinculado ao GT Clima, para aperfeiçoar o texto de lei com as contribuições recebidas, visando uma legislação que contemple os anseios da sociedade civil e das comunidades impactadas pelas mudanças climáticas. A deputada Talíria Petrone reforçou o compromisso do GT Clima de discutir a proposta do PL em dois braços, focando tanto na assistência emergencial quanto na adaptação e mitigação.

A audiência pública representou um momento significativo de escuta e diálogo entre legisladores, representantes de organizações ambientais e sociais, e a sociedade civil, marcando um passo importante na busca por políticas públicas mais inclusivas e eficazes no combate à crise climática. Foi enfatizado o compromisso de continuar o debate e buscar soluções legislativas que assegurem a implementação de políticas públicas que realmente atendam às necessidades das comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69525>


DIA MUNDIAL DA POPULAÇÃO E O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS



5 de setembro de 2023

Audiência Pública realizada para debater o Dia Mundial da População e o desperdício de alimentos, um tema de relevância global que impacta tanto questões ambientais quanto sociais, teve lugar na Comissão de Legislação Participativa, a partir da aprovação do Requerimento nº 44/2023, de autoria do deputado Professor Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF), que presidiu a reunião e destacou a importância da discussão e agradeceu a presença de todos os participantes.

A audiência contou com a participação de diversos convidados especialistas no assunto, incluindo o Embaixador Mauro Vieira, representante do Ministério das Relações Exteriores; Silvia Rucks, Coordenadora Residente da Organização das Nações Unidas no Brasil; Rodrigo Afonso, representante da Campanha Brasil sem Fome e Ação da Cidadania; e Dra. Priscila Zaczuk Bassinello, representando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Cada convidado teve a oportunidade de apresentar



suas perspectivas e contribuições sobre o tema, seguido de um período de perguntas e considerações por parte dos parlamentares presentes.

Durante a audiência, foi discutida a necessidade de políticas públicas eficazes para combater o desperdício de alimentos, bem como a importância de ações coordenadas entre diferentes setores da sociedade. Os expositores enfatizaram a relevância de se promover a conscientização sobre o impacto do desperdício de alimentos no meio ambiente e na segurança alimentar da população.

Um dos pontos destacados foi a possibilidade de desenvolver novas tecnologias e práticas agrícolas que possam reduzir as perdas no processo de produção de alimentos. Além disso, foi mencionada a importância de se fortalecer as redes de distribuição para que os alimentos produzidos cheguem efetivamente à mesa dos consumidores, evitando-se assim o desperdício.

A audiência também abordou a proposta de considerar o desperdício de alimentos como um crime de lesa-pátria, sugerindo a criação de um projeto de lei federal para regulamentar a questão. Tal medida visa não apenas penalizar o desperdício, mas também promover práticas mais sustentáveis na produção, armazenamento e consumo de alimentos.

Ao final da reunião, ficou evidente o compromisso dos participantes em buscar soluções concretas para o problema do desperdício de alimentos no Brasil. A discussão ressaltou a importância de uma abordagem multidisciplinar e a necessidade de envolver diversos atores da sociedade na busca por estratégias efetivas que possam minimizar os impactos negativos do desperdício de alimentos no país e no mundo.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69654>

DEMANDAS DA SEGURANÇA PRIVADA




6 de setembro de 2023

A audiência pública, promovida pela Comissão de Legislação, ocorreu sob a presidência da deputada Rosângela Reis (PL/MG) e teve como foco principal debater as demandas da segurança privada, um tema de relevante interesse público e profissional. A audiência foi resultado da aprovação do Requerimento nº 56, de 2023, de autoria da Sra. Presidente, que enfatizou a importância da discussão ampla sobre o assunto em pauta.

A sessão contou com a presença de membros do colegiado, convidados especializados na área de segurança privada, e público interessado, que acompanharam tanto presencialmente quanto pelos canais de transmissão online da Câmara dos Deputados. Entre os convidados para compor a mesa estavam o Sr. Giovane Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Nacional da Segurança Privada (CONASEP), participando de forma online, o Sr. Alan Hassem Salvatierra, Diretor Jurídico do CONASEP, a Sra. Mirian Macedo Sousa, Presidente do CONASEP Mulher, e a Sra. Thaiza Mota da Silva Ferreira, Vice-Presidente do CONASEP Mulher.

Durante a audiência, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de realizar mais reuniões para discutir as leis em tramitação relacionadas à segurança privada e as demandas apresentadas, visando a elaboração de legislações mais atuais. A



Sra. Presidente destacou a importância de considerar a validação do documento profissional como carteira de identidade entre as prioridades das demandas apresentadas.

Os expositores contribuíram significativamente para o debate, trazendo à tona a realidade enfrentada pelos profissionais da segurança privada e as lacunas existentes na legislação vigente. Foi mencionada a necessidade de maior reconhecimento e valorização da categoria, bem como a importância de se estabelecer um ambiente de trabalho digno e seguro para os mais de 700 mil trabalhadores do setor.

Ao final da audiência, foi solicitado que as notas taquigráficas da sessão fossem encaminhadas a diversos órgãos governamentais, incluindo o Ministério do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho de cada Estado e ao Ministro da Segurança do País. Tal medida visa garantir que as discussões e demandas apresentadas sejam devidamente consideradas e possam influenciar na formulação de políticas públicas para o setor.

A reunião foi encerrada com o reconhecimento da importância da segurança privada na sociedade e o compromisso de continuar buscando melhorias para as condições de trabalho e regulamentação da profissão. A audiência pública representou um passo significativo na direção de um diálogo construtivo entre os profissionais da segurança privada, legisladores e a sociedade, visando o desenvolvimento de um marco regulatório que atenda às necessidades da categoria e contribua para a segurança pública como um todo.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69702>


REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO E APLICAÇÃO PARA FINS MEDICINAIS E TERAPÊUTICAS DA CANNABIS MEDICINAL



19 de setembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública, sob a presidência da Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), com o propósito de debater a regulamentação da produção e aplicação para fins medicinais e terapêuticos da *cannabis* medicinal. Esta audiência foi convocada a partir da aprovação do Requerimento nº 40, de 2023, de autoria da presidente da reunião, evidenciando a relevância do tema no contexto legislativo e social brasileiro.

Durante a sessão, diversos membros do colegiado, convidados e representantes de associações ligadas ao tema apresentaram seus pontos de vista, contribuindo para um debate amplo e multifacetado sobre a regulamentação da *cannabis* para fins medicinais. A audiência também contou com a participação de especialistas e ativistas, que trouxeram à discussão evidências científicas e relatos sobre a importância do uso terapêutico da *cannabis*, bem como os desafios enfrentados pelos pacientes e familiares na busca por tratamentos eficazes e seguros.



Um dos momentos marcantes da audiência foi a explanação sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 399, de 2015, que visa alterar o art. 2º da Lei 11.343, de 2006, para permitir a comercialização de medicamentos contendo extratos ou partes da planta *cannabis sativa*. O deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS /DF), especialista no regimento, esclareceu a complexidade do processo legislativo relacionado ao projeto, destacando a formação de uma Comissão Especial e a apresentação de votos em separado por diversos deputados.

A audiência também abordou a importância de diferenciar o debate sobre o uso medicinal da *cannabis* das discussões relacionadas ao uso recreativo e à segurança pública. Foi enfatizado que a regulamentação para fins terapêuticos não deve ser confundida com a legalização para outros usos, sendo uma questão de saúde pública e direito ao acesso a tratamentos adequados.

Ao final da audiência, foi lido um documento elaborado coletivamente, solicitando a deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados sobre os Recursos nºs 54 e 29, de 2021, relacionados ao Projeto de Lei nº 399, de 2015. Este documento ressalta a urgência na regulamentação do cultivo de *cannabis sativa* para fins medicinais e terapêuticos, destacando a necessidade de avançar na legislação para atender às demandas da população que necessita desses tratamentos.

A presidente da sessão, deputada Talíria Petrone, ressaltando que o evento representou um passo significativo no debate legislativo sobre a regulamentação da *cannabis* medicinal no Brasil, evidenciando, contudo, a complexidade do tema e a necessidade de um diálogo construtivo entre legisladores, especialistas, pacientes e a sociedade.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69868>

PRIMEIRA INFÂNCIA A LUZ DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS



20 de setembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizou, sob a presidência do deputado Márcio Honaiser (PDT/MA), audiência pública que teve como tema central a primeira infância à luz das pessoas com deficiência, uma iniciativa proposta por ele, pela deputada Erika Kokay (PT/DF) e pelo deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), conforme Requerimentos nº 39 de 2023/CPD, e nº 53/2023 CLP. Este evento representou um esforço conjunto para discutir e promover políticas públicas inclusivas voltadas para crianças com deficiência.

A audiência contou com a participação de especialistas e autoridades no assunto, incluindo Maria Luiza Oliveira, Diretora de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; e Décio Nascimento Guimarães, Diretor de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Além disso, a audiência foi enriquecida com contribuições de representantes de organizações da sociedade civil,



como o Instituto Alana e a Rede Nacional Primeira Infância, e de iniciativas focadas na educação e saúde da primeira infância.

Durante a audiência, os palestrantes abordaram a importância de políticas públicas que reconheçam as necessidades específicas de crianças com deficiência, enfatizando a necessidade de um olhar holístico que englobe saúde, educação e proteção social. Discutiu-se a relevância de uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional para garantir o pleno desenvolvimento e bem-estar dessas crianças, bem como a importância da inclusão desde os primeiros anos de vida.

Um dos pontos destacados foi a necessidade de capacitação e sensibilização de profissionais que trabalham diretamente com a primeira infância, incluindo educadores, profissionais de saúde e assistentes sociais, para que possam oferecer um suporte adequado e inclusivo. Também foi mencionada a importância de mecanismos de avaliação e acompanhamento contínuo das políticas implementadas, visando a adaptação e melhoria constantes.

A audiência pública também serviu como plataforma para a troca de experiências e boas práticas, permitindo que diferentes atores compartilhassem suas perspectivas e soluções inovadoras para os desafios enfrentados por crianças com deficiência e suas famílias. Foi um momento de reconhecimento da diversidade de necessidades e da importância de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades para todos desde a infância.

O evento reiterou o compromisso da Câmara dos Deputados com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente durante a primeira infância, e destacou a necessidade de ações conjuntas entre o governo, a sociedade civil e as famílias. Ao final da audiência, os participantes expressaram um sentimento de gratidão pela oportunidade de diálogo e pela possibilidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para as crianças com deficiência.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69820>


FIM DO SAQUE ANIVERSÁRIO DO FGTS



3 de outubro de 2023

A audiência pública realizada em 3 de outubro de 2023, sob a égide da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, foi convocada com o propósito de discutir questões relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), especificamente abordando o tema do saque-aniversário. Esta reunião, presidida pelo Deputado Luiz Gastão (Bloco/PSD - CE) e solicitada pelos Deputados Evair Vieira de Melo e Leonardo Monteiro através dos Requerimentos n.ºs. 29 e 32 de 2023, contou com a participação de membros de diversas comissões, incluindo a Comissão de Legislação Participativa e a Subcomissão Permanente da CTRAB.

A sessão foi caracterizada por um formato semipresencial, permitindo a participação tanto presencial quanto virtual de palestrantes e convidados, através da plataforma Zoom. A transmissão ao vivo pela internet possibilitou um alcance amplo, garantindo a disseminação das discussões para um público mais extenso. A audiência teve como um de seus principais objetivos esclarecer dúvidas e debater sobre a legislação vigente referente ao saque-aniversário, uma modalidade de retirada de parte do saldo do FGTS que tem suscitado diversas opiniões quanto à sua eficácia e impacto para os trabalhadores.



Durante a audiência, representantes de entidades como a Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apresentaram suas perspectivas sobre o saque-aniversário. As apresentações abordaram desde a operacionalização e os efeitos econômicos da modalidade até as implicações para o setor bancário e da construção civil, setores diretamente impactados pelas mudanças no regime de saques do FGTS.

Os debates enfatizaram a importância de encontrar um equilíbrio entre a flexibilização do acesso aos recursos do FGTS para os trabalhadores e a manutenção da sustentabilidade do fundo, que desempenha um papel crucial no financiamento de políticas habitacionais e de infraestrutura. Além disso, foi discutida a necessidade de aprimoramentos na legislação para assegurar que o saque-aniversário atenda às necessidades dos trabalhadores sem comprometer os objetivos de longo prazo do FGTS.

A audiência pública também serviu como um fórum para a coleta de sugestões e recomendações que poderão embasar futuras propostas legislativas. Os participantes foram encorajados a enviar contribuições adicionais à Secretaria da Comissão, reforçando o caráter participativo e inclusivo da discussão. Este processo de consulta aberta visa garantir que as decisões tomadas pelo legislativo reflitam uma ampla gama de interesses e perspectivas.

Ao final da reunião, ficou evidente a complexidade das questões envolvendo o FGTS e o saque-aniversário, bem como a necessidade de um diálogo contínuo entre os diversos *stakeholders*. A audiência pública representou um passo importante na busca por soluções que conciliem os direitos e necessidades dos trabalhadores com a viabilidade econômica e a integridade dos fundos destinados a políticas sociais fundamentais.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70045>

O FUTURO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS




4 de outubro de 2023

Audiência pública realizada promovida pela Comissão de Legislação Participativa teve como principal tema o futuro das universidades comunitárias, presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT/SC), e contou com a presença de parlamentares, representantes do Ministério da Educação, do INEP, da CAPES, além de reitores e outros *stakeholders* do setor educacional. O evento foi uma oportunidade para discutir políticas públicas de educação superior, com ênfase nas políticas de avaliação e na importância das universidades comunitárias no contexto educacional brasileiro.

Durante a audiência, foi destacada a relevância das universidades comunitárias na oferta de educação superior de qualidade e na promoção do desenvolvimento regional. Os participantes abordaram a necessidade de uma política de avaliação que reconheça as especificidades dessas instituições, além de discutir formas de aprimorar a legislação para fortalecer o setor. A Lei nº 12.881 de 2013, que estabelece diretrizes para o reconhecimento das universidades comunitárias, foi citada como um marco legal importante, mas que necessita de ajustes para atender às demandas atuais.

Representantes do INEP e da CAPES apresentaram dados e perspectivas sobre a avaliação da educação superior e a contribuição das universidades comunitárias para a formação de profissionais qualificados. Foi enfatizada a importância de políticas que incentivem a diversificação do sistema educacional superior, reconhecendo o papel dessas instituições na expansão do acesso à educação de qualidade.



A audiência também serviu como fórum para a discussão de desafios enfrentados pelas universidades comunitárias, incluindo questões de financiamento e sustentabilidade. A possibilidade de um novo modelo de financiamento com recursos públicos foi sugerida como uma forma de garantir a qualidade e a continuidade das atividades dessas instituições.

Os participantes concordaram sobre a necessidade de estabelecer um diálogo contínuo entre o governo, as universidades e outros atores relevantes para promover melhorias no setor. Foi proposta a criação de um grupo de trabalho para discutir especificamente as questões relacionadas às universidades comunitárias, visando elaborar propostas concretas para o desenvolvimento dessas instituições.

Em resumo, a audiência pública destacou a importância estratégica das universidades comunitárias para o sistema educacional brasileiro e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Os debates reforçaram a necessidade de políticas públicas que apoiem essas instituições, garantindo sua sustentabilidade e capacidade de continuar contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para a pesquisa científica e tecnológica nacional.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70317>

60 ANOS DE LUTA PELA REFORMA URBANA




24 de outubro de 2023

Audiência Pública da Comissão de Legislação Participativa debateu os 60 anos de luta pela reforma urbana e a plataforma de luta pelo direito à cidade. A sessão foi presidida pelo deputado Joseildo Ramos (PT/BA), destacando-se a participação do deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP), entre outros. Este evento marcou um momento significativo de reflexão e diálogo sobre as questões urbanas no Brasil, reunindo diversos atores sociais e políticos em torno da temática do direito à cidade e da reforma urbana.

Durante a audiência, foram discutidos os avanços e desafios enfrentados na luta pela reforma urbana ao longo das últimas seis décadas. Os participantes abordaram a importância da legislação participativa, como o Estatuto da Cidade, e a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas. A reunião também serviu como uma plataforma para a troca de experiências e estratégias entre os movimentos sociais e os representantes governamentais.

Um dos pontos destacados foi a necessidade de fortalecer a participação popular no debate sobre a gestão das cidades, superando os interesses econômicos que frequentemente dominam as discussões sobre o desenvolvimento urbano. Os participantes enfatizaram a importância de políticas que garantam o acesso à moradia digna, ao saneamento



básico, ao transporte público de qualidade e a espaços públicos que favoreçam a convivência e o bem-estar da população.

A audiência também abordou a questão dos pontos populares de trabalho como uma proposta para colocar a economia popular no centro das soluções para as questões econômicas e sociais brasileiras. Essa abordagem visa promover soluções coletivas e integradas que conectem a política de moradia, a política de assistência social e a economia popular, destacando a necessidade de investimentos e políticas públicas específicas para esse fim.

Outro tema relevante discutido foi o papel da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) na promoção de transformações urbanas, com o anúncio de um programa ambicioso para democratizar o acesso aos imóveis da União. Este programa tem como objetivo utilizar o patrimônio público para apoiar diversas políticas públicas, incluindo habitação, cultura, educação e saúde, marcando um rompimento com práticas anteriores de gestão desses imóveis.

Ao final da audiência, ficou evidente o compromisso dos participantes em continuar a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, reconhecendo a importância de fortalecer as alianças entre os movimentos sociais, o governo e outros atores relevantes. A reunião reafirmou a necessidade de avançar na agenda da reforma urbana, destacando a importância de políticas inclusivas e participativas para o desenvolvimento das cidades brasileiras.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70650>


CRIAÇÃO DE CENTROS DE TERAPIA ASSISTIDA NO SUS



31 de outubro de 2023

Presidida pela deputada Erika Kokay (PT/DF), foi realizada Audiência Pública para debater a criação de Centros de Terapia Assistida no Sistema Único de Saúde (SUS). A reunião foi convocada em resposta à aprovação do Requerimento nº 57, de 2023, de autoria da presidente da sessão. Este evento marcou um esforço significativo para discutir e promover políticas públicas voltadas à saúde e bem-estar da população, evidenciando a importância da participação legislativa e comunitária na formulação de políticas de saúde inclusivas e acessíveis.

Durante a audiência, houve a participação de diversos especialistas e representantes de entidades relacionadas à saúde, incluindo Alessandra de Souza, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Saúde; Priscila Torres, da Biored Brasil; Dr. Julio César Bertacini de Moraes, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Dr. André Luiz Shinji Hayata, da Sociedade Brasileira de Reumatologia; e Rafael Poloni, Coordenador-Geral da Assistência Farmacêutica Básica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Esses participantes contribuíram com suas perspectivas e conhecimentos espe-



cializados sobre a necessidade e viabilidade de implementar Centros de Terapia Assistida no SUS.

A audiência destacou a importância de considerar uma abordagem transversal na discussão sobre terapias assistidas, enfatizando que a questão não se limita apenas à política de assistência farmacêutica, mas abrange uma gama mais ampla de políticas públicas. Foi reconhecida a necessidade de uma discussão aprofundada e abrangente que leve em conta as diversas facetas da saúde pública e as especificidades das terapias assistidas, visando a elaboração de uma política eficaz que beneficie a população.

Os debates também abordaram a importância de garantir o financiamento e a sustentabilidade dos Centros de Terapia Assistida, considerando os desafios para a inclusão desses serviços no SUS. A discussão incluiu a necessidade de criar códigos específicos para a abertura de financiamento, o que demonstra a complexidade da integração desses centros ao sistema de saúde existente e a importância de uma estratégia bem planejada para sua implementação.

Ao final da audiência, a Deputada Erika Kokay reiterou a necessidade de um encaminhamento formal para uma visita técnica à Ministra da Saúde, por meio de um requerimento aprovado pela Comissão. Esse passo é visto como crucial para avançar na discussão e na implementação de Centros de Terapia Assistida no SUS, enfatizando a importância da colaboração entre os parlamentares, especialistas da área de saúde e o Ministério da Saúde.

O evento, portanto, representou um passo significativo na discussão sobre a implementação de Centros de Terapia Assistida no SUS, reunindo especialistas, legisladores e representantes do setor de saúde para debater e propor soluções para os desafios enfrentados na oferta de terapias assistidas à população. A iniciativa sublinha o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover a saúde e o bem-estar através de políticas públicas inclusivas e acessíveis.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70769>

O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA




7 de novembro de 2023

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 75/2023, de autoria do deputado João Daniel (PT/SE), a Comissão de Legislação Participativa promoveu a Audiência Pública para debater o conflito entre Israel e Palestina, com o propósito de proporcionar um fórum para a discussão de um dos temas mais complexos e duradouros no cenário internacional. A audiência foi estruturada em duas partes, dedicando-se a primeira metade à escuta dos representantes da Palestina e a segunda, aos de Israel, permitindo assim uma exposição equilibrada de perspectiva

Durante a sessão, diversos participantes, incluindo parlamentares, acadêmicos e representantes de organizações relacionadas ao tema, tiveram a oportunidade de expressar suas visões e argumentos. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e o deputado Padre João (PT/MG) foram alguns dos parlamentares que contribuíram com suas reflexões, destacando a importância de uma solução justa e pacífica para o conflito.

A Audiência também contou com a participação de especialistas e ativistas, como Carima Atyiel e Ualid Rabah, que apresentaram suas análises sobre a situação atual e as



implicações humanitárias do conflito. Eles enfatizaram a necessidade de reconhecimento mútuo e respeito aos direitos humanos como fundamentos para qualquer avanço nas negociações de paz.

Um dos pontos altos da audiência foi a discussão sobre o impacto do conflito na população civil, especialmente nas crianças. Os relatos apresentados pelos convidados destacaram as graves consequências humanitárias das hostilidades, incluindo a perda de vidas, o trauma psicológico e a destruição de infraestrutura civil.

Além disso, a audiência abordou a questão dos acordos comerciais e tecnológicos com Israel, com críticas à recente aprovação de acordos pelo Parlamento brasileiro em um contexto de escalada do conflito. A deputada Fernanda Melchionna especificamente criticou essas ações, argumentando que elas poderiam ser vistas como um endosso às políticas israelenses.

Em suma, a reunião serviu como um importante espaço para o diálogo e a reflexão sobre o conflito Israel-Palestina. Por meio da troca de informações e pontos de vista, os participantes buscaram sensibilizar a opinião pública e os tomadores de decisão sobre a complexidade da situação e a urgência de buscar soluções que promovam a paz e o respeito aos direitos humanos na região.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70777>

INSTITUIÇÃO DO DIA NACIONAL DO NUMISMATA




9 de novembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa, sob a presidência do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), realizou Audiência Pública com o propósito de discutir a proposta de instituição do Dia Nacional do Numismata. Este evento marcou um momento significativo para a comunidade numismática brasileira, reunindo especialistas, parlamentares e entusiastas para debater a importância da numismática e o reconhecimento dessa prática no Brasil.

Durante a audiência, a importância da numismática como um campo de estudo que contribui para a compreensão histórica, cultural e econômica foi amplamente reconhecida pelos participantes. A sessão contou com a presença de expositores tanto presenciais quanto remotos, incluindo representantes da Sociedade Numismática Brasileira, do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, da Casa da Moeda do Brasil e do Museu Histórico Nacional. Esses especialistas compartilharam insights sobre o papel da numismática na preservação do patrimônio cultural e na educação.

O deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF), membro da Comissão e entusiasta da numismática, expressou seu apoio ao projeto de lei, destacando sua própria experiência como colecionador e a relevância do colecionismo para a cultura e história brasileiras. A colaboração entre o deputado Zé Silva e o deputado Prof. Paulo Fernando



para a formalização do projeto de lei foi um dos pontos altos da audiência, demonstrando o compromisso parlamentar com a valorização da numismática.

A audiência também abordou questões relacionadas ao colecionismo, incluindo a saúde mental e social dos colecionadores. O Sr. Oswaldo Martins Rodrigues Junior, psicólogo, enfatizou a importância das comunidades de colecionadores para o bem-estar de seus membros, especialmente entre os mais velhos, destacando o colecionismo como uma atividade que promove a socialização, a troca de conhecimentos e a manutenção da cognição ativa.

Ao final da audiência, o presidente da sessão agradeceu a participação de todos e reforçou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em ser um canal para a voz da sociedade civil no Congresso Nacional. A proposta de instituir o Dia Nacional do Numismata foi vista como um passo importante para o reconhecimento e valorização da numismática no Brasil, além de ser um meio de promover a educação e a preservação do patrimônio cultural.

Esta audiência representou um momento significativo de diálogo e cooperação entre o poder legislativo, especialistas e a comunidade numismática, reforçando o papel da Câmara dos Deputados na promoção da cultura e na valorização das diversas formas de expressão cultural brasileira. A proposta de criação do Dia Nacional do Numismata, além de reconhecer a importância dessa prática, visa fortalecer a identidade cultural do Brasil e promover o conhecimento sobre a história e economia do país através da numismática.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70928>


ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NOS MUNICÍPIOS E O PROTAGONISMO DE LIDERANÇAS JOVENS, COM ÊNFASE NO PROJETO DE LEI Nº 4.129, DE 2021



22 de novembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública I, presidida pela deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), com objetivo de debater a adaptação climática nos municípios e o protagonismo de lideranças jovens, com ênfase no Projeto de Lei nº 4.129, de 2021. Esta audiência foi convocada em resposta à aprovação do Requerimento nº 83/23, de autoria da presidenta da reunião, destacando a importância da participação e da contribuição da juventude na formulação de políticas públicas voltadas para a resiliência climática nas cidades.

Durante a sessão, diversos especialistas e representantes de movimentos sociais foram convidados a compor a mesa e compartilhar suas experiências e perspectivas sobre o tema. Entre os convidados estavam Emile Gomes, Diretora de Comunicação do Instituto



Rebbú; Laís Araújo, fundadora do Movimento Ambiental Xô Plástico; e Mayara Torres, representante do Direito Nosso, entre outros.

A audiência destacou a urgência de políticas de adaptação climática que considerem as especificidades locais e valorizem o conhecimento e a atuação das comunidades, especialmente dos jovens. Os depoimentos ressaltaram a necessidade de uma abordagem antirracista na adaptação climática e a importância de ouvir e integrar as soluções propostas pelas comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.

Um dos pontos enfatizados foi a realidade do colapso climático em curso e como ele impacta de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis. A discussão também abordou a reurbanização das cidades brasileiras sob um modelo de desenvolvimento que muitas vezes atende mais aos interesses do mercado financeiro do que às necessidades da população, especialmente em áreas costeiras sujeitas a eventos climáticos extremos.

Os participantes da audiência pública concordaram sobre a importância de estratégias de adaptação que sejam inclusivas, equitativas e que promovam a justiça social e ambiental. Foi destacada a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a capacidade de resposta das comunidades aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, através de uma gestão participativa e do fortalecimento do protagonismo juvenil.

Ao final da audiência, a presidenta agradeceu a todos pela participação e reiterou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em continuar promovendo espaços de diálogo e construção coletiva de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade, especialmente em temas tão críticos quanto a adaptação climática e o envolvimento da juventude na política ambiental.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70616>


MORTALIDADE DAS ABELHAS EM VIRTUDE DO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS



23 de novembro de 2023

Audiência Pública, sob a presidência do deputado Padre João (PT /MG) promoveu a discussão sobre a mortalidade de abelhas em decorrência do uso indiscriminado de agrotóxicos, um tema de relevante preocupação ambiental e agrícola. Esta audiência foi uma resposta direta à aprovação do Requerimento nº 50, de 2023, de autoria do deputado Padre João, demonstrando o compromisso da Comissão em abordar questões que afetam diretamente a biodiversidade e a sustentabilidade agrícola.

Durante a sessão, diversos especialistas, representantes de instituições de pesquisa, membros do governo e ativistas foram convidados a compartilhar suas perspectivas e conhecimentos sobre o impacto dos agrotóxicos na população de abelhas. Entre os convidados estava a Sra. Adalgisa Maria Chaib Ferreira, Chefe da Divisão de Pesquisa e Inovação, que, junto a outros expositores, destacou a importância das abelhas para a polinização e, conseqüentemente, para a produção de alimentos, além dos riscos que os pesticidas representam para esses polinizadores essenciais.



A audiência abordou a necessidade de análises mais aprofundadas sobre os princípios ativos dos agrotóxicos e seus efeitos sobre as abelhas, com ênfase na urgência de identificar e regular substâncias particularmente nocivas. Foi mencionada a preocupação com o agrotóxico Fipronil, já conhecido por seus efeitos deletérios, mas também foi ressaltada a importância de continuar as investigações para identificar outros compostos perigosos.

Um dos pontos cruciais discutidos foi a proposta de formação de um grupo interministerial, com a inclusão de representantes de diversas frentes parlamentares e instituições governamentais, para tratar da questão de maneira integrada e eficaz. A ideia é que, com a colaboração de universidades e centros de pesquisa, possam ser desenvolvidas estratégias para mitigar os impactos negativos dos agrotóxicos sobre as abelhas e, por extensão, sobre a agricultura e a biodiversidade.

A audiência também destacou a importância da participação da sociedade civil e das comunidades de apicultores no processo de tomada de decisão, enfatizando a necessidade de políticas públicas que sejam cientificamente embasadas e que considerem os conhecimentos tradicionais e as experiências locais. A colaboração entre diferentes setores foi apontada como essencial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e efetivas.

Ao concluir a audiência, o Padre João agradeceu a participação de todos os envolvidos e reiterou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover a legislação participativa e em buscar soluções para os problemas apresentados. Foi enfatizada a seriedade e a urgência da situação, com um chamado à ação imediata para proteger as abelhas e, por conseguinte, a segurança alimentar e a biodiversidade.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71171>

INCLUSÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS IMUNOMEDIADAS



28 de novembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou Audiência Pública, presidida pelo Deputado Pedro Uczai (PT/SC), dedicada a debater a implementação de um projeto de lei para incluir medicamentos orais alvo específicos no plano de saúde para tratamento das doenças imunomediadas no rol de coberturas mínimas obrigatórias dos planos de saúde. A audiência foi solicitada pelo Requerimento nº 58, de 2023, de autoria da Deputada Erika Kokay, refletindo o compromisso da Comissão em discutir e promover legislações que atendam às necessidades de saúde da população.

Durante o encontro, a Sra. Ana Carolina Navarrete, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde e membro titular da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Saúde, representando a Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras, fez uma apresentação destacando a importância da participação da sociedade no processo de elaboração legislativa. Ela enfatizou o papel da Comissão de Legislação Participativa como um canal para a



sociedade civil propor e enviar sugestões de leis, reforçando a ideia de que a Câmara dos Deputados deve ser acessível ao cidadão, permitindo que este contribua diretamente para a formulação das leis do país.

A audiência abordou também a importância do rol de procedimentos e eventos em saúde, gerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e como a inclusão de novos medicamentos e tratamentos pode impactar positivamente a vida dos pacientes. Foi mencionado que a atualização do rol deve ser acompanhada de uma análise de impacto orçamentário e uma avaliação econômica, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC).

Os participantes discutiram a necessidade de um debate mais amplo sobre a assistência farmacêutica no âmbito da saúde suplementar, destacando que a inclusão de medicamentos orais específicos é um passo importante, mas não suficiente. A discussão ressaltou a importância de garantir que os usuários dos planos de saúde tenham acesso a terapias avançadas, muitas das quais já são oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), evitando assim a sobrecarga do sistema público.

A audiência pública também destacou a relevância da participação social no processo de atualização do rol de procedimentos, através de consultas e audiências públicas. Essa participação é vista como fundamental para garantir que as decisões tomadas pela ANS sejam transparentes, tecnicamente embasadas e que atendam às reais necessidades dos pacientes.

Ao final da audiência, o Deputado Pedro Uczai agradeceu a presença e as contribuições de todos os participantes, reiterando o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover a inclusão da sociedade no processo legislativo.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71291>


REGULAMENTAÇÃO DO CULTIVO DA CANNABIS PARA FINS TERAPÊUTICOS



29 de novembro de 2023

Audiência Pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa reuniu diversos participantes, entre parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil, para discutir o uso de *cannabis* para fins medicinais e a regulamentação do cânhamo industrial. Presidida pelo Deputado Chico Alencar (Bloco/PSOL - RJ), a sessão teve como objetivo principal fomentar o diálogo e a participação popular no processo legislativo, destacando a importância da escuta ativa por parte dos representantes eleitos.

A ênfase na necessidade de uma regulamentação eficaz em diversas áreas foi a tônica da reunião, que contou com a participação de Rodrigo Cariri, representando o Ministério da Saúde, que compartilhou insights sobre as atuais discussões e desafios enfrentados pelo ministério, especialmente em relação à pressão para a regulamentação da *cannabis* medicinal e as expectativas da sociedade civil quanto a este tema.



Outro ponto de destaque foi a participação de Margarete Brito, que trouxe à discussão a perspectiva das associações de pacientes e familiares, enfatizando a importância do acesso ao tratamento com *cannabis* para pacientes que sofrem de diversas condições médicas. Sua fala ressaltou a luta por uma regulamentação que permita o cultivo doméstico e o papel das associações na produção e distribuição de *cannabis* medicinal, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas que atendam às necessidades dos pacientes.

A audiência também abordou a questão da criminalização do usuário de drogas e a importância da adoção de políticas de redução de danos. Eliane Lima Guerra Nunes, psiquiatra aposentada e ativista, criticou a abordagem atual do governo em relação às drogas, defendendo uma mudança de paradigma que reconheça a importância da saúde pública e dos direitos humanos na formulação de políticas sobre drogas.

Além disso, a sessão destacou a importância da democratização do acesso à medicina canábica, como ressaltado por Angela Aboin, representante da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica. Sua fala enfatizou a necessidade de garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso aos benefícios terapêuticos da *cannabis*.

Ao encerrar a audiência, os participantes foram convidados a se unir a uma marcha simbólica, reforçando a mensagem de união e luta por direitos e regulamentações justas. A sessão foi concluída com agradecimentos do Deputado Chico Alencar, que reiterou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover um espaço aberto e participativo para a discussão de temas de interesse público, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71331>

OBSERVATÓRIO SUÍNO 2023 - DADOS E INFORMAÇÕES



30 de novembro de 2023

A fim de debater os dados e informações do Observatório Suíno 2023, a Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizou uma Audiência Pública, sob a presidência do deputado Marcelo Queiroz (PP/RJ), que destacou a importância do encontro para discutir questões relevantes ao setor suinícola, com ênfase na sustentabilidade e no desenvolvimento do setor. A audiência foi convocada a partir da aprovação dos Requerimentos nº 78 e nº 107, de 2023, de autoria dos deputados Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ) e Marcelo Queiroz (PP/RJ), respectivamente.

Durante a audiência, diversos expositores compartilharam suas perspectivas e conhecimentos sobre o setor suinícola. Entre os temas abordados, destacaram-se a importância da transparência e do compromisso das empresas com práticas sustentáveis, a necessidade de reduzir o desconforto e os desafios sanitários na cadeia de suínos,



e a urgência em diminuir o uso de antimicrobianos, visando combater a resistência antimicrobiana.

A Sra. Patrícia Sato, representando a organização de proteção dos animais Alianima, enfatizou a relevância do reconhecimento das empresas que respondem ao relatório do Observatório Suíno, destacando a importância da exposição e do compromisso com a transparência como fatores essenciais para o avanço do setor. Este ponto foi corroborado por outros participantes, que também reconheceram os esforços das empresas em adotar práticas mais sustentáveis e éticas em relação ao bem-estar animal.

A discussão também abordou a importância de fortalecer as entidades do setor para disseminar conhecimento e boas práticas em todo o país, visando a melhoria contínua da cadeia produtiva de suínos. A colaboração entre o Legislativo, o Executivo e o setor privado foi apontada como crucial para enfrentar os desafios existentes e promover um desenvolvimento mais sustentável e responsável.

Além disso, a audiência destacou a necessidade de inclusão de mais *stakeholders* no debate, como o Conselho de Medicina Veterinária, para enriquecer as discussões e contribuir com soluções mais abrangentes e eficazes. A valorização dos profissionais, como veterinários e zootecnistas, foi mencionada como fundamental para a implementação de práticas que garantam a saúde e o bem-estar dos animais, bem como a segurança alimentar.

Ao final da audiência, o Deputado Marcelo Queiroz agradeceu a participação de todos os expositores e reafirmou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em promover debates produtivos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do setor suinícola no Brasil.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71328>


REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PEDAGOGO



7 de dezembro de 2023

A Comissão de Educação, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, realizou uma audiência pública com o objetivo de debater a regulamentação do exercício da profissão de pedagogo. A sessão foi presidida pela deputada Professora Goreth (PDT/AP), que destacou a importância da discussão para a valorização e o reconhecimento dos profissionais da pedagogia. A audiência foi convocada a partir da aprovação dos Requerimentos nº 80, de 2023, de autoria da deputada Professora Goreth (PDT/AP) e do deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), e do Requerimento nº 229, de 2023, também de autoria da deputada Professora Goreth (PDT/AP).

Durante a audiência, foi enfatizada a expansão do campo de atuação dos pedagogos, não apenas no contexto escolar, mas também em outros espaços que demandam conhecimento pedagógico para a democratização do conhecimento, o desenvolvimento humano integral e a inclusão social. Os participantes discutiram a necessidade de alterações no Projeto de Lei nº 1.735, de 2019, especialmente a retirada do artigo que propõe a



criação do Conselho Federal de Pedagogia, defendendo a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental como funções essenciais dos pedagogos.

Representantes de diversas associações e entidades ligadas à pedagogia apresentaram suas perspectivas. Jean Carlos Nascimento Lobato, Presidente da Federação Brasileira dos Pedagogos, destacou a diversidade de espaços de trabalho que têm se aberto para os pedagogos, ressaltando a importância do reconhecimento legal da profissão para a proteção dos direitos humanos e a valorização do conhecimento pedagógico.

A audiência também contou com a participação de Cyntia Bernardes, representante do Coletivo dos Pedagogos Jurídicos, e Aduino Leite Oliveira, membro do GT de Regulamentação da REPPED, que enfatizaram a importância de uma regulamentação que reconheça a especificidade do conhecimento pedagógico sem criar dicotomias dentro da profissão, especialmente em relação à docência.

Os debates refletiram sobre a situação atual dos pedagogos, frequentemente colocados em posições de invisibilidade e subalternização em relação a outros profissionais. A discussão buscou caminhos para o reconhecimento e a valorização da profissão, considerando as contribuições indispensáveis dos pedagogos para a educação e o desenvolvimento social.

Ao final da audiência, a Professora Goreth reiterou o compromisso da Comissão de Educação em dialogar e construir propostas que atendam às demandas dos pedagogos, visando a melhoria da qualidade educacional e a valorização dos profissionais da área. A sessão foi encerrada com o compromisso de continuar as discussões e buscar soluções conjuntas para a regulamentação da profissão de pedagogo no Brasil.


UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS ELEITORAIS



11 de dezembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública com o objetivo de discutir a utilização da inteligência artificial nos processos eleitorais. A sessão foi presidida pelo deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF), que enfatizou a importância da discussão sobre o impacto da tecnologia na integridade e transparência das eleições. A audiência foi convocada com base no Requerimento nº 94, de 2023, aprovado pela Comissão, refletindo a iniciativa do próprio deputado em trazer à tona essa temática relevante.

Durante a audiência, diversos especialistas e profissionais do setor foram convidados a compartilhar suas visões e experiências relacionadas ao uso da inteligência artificial no contexto eleitoral. Entre os convidados estava o Sr. Emerson Saraiva, Presidente da Associação dos Profissionais do Marketing Político — APROMAP e criador do portal



Eleja.se, que destacou a revolução tecnológica em curso e sua influência significativa nos processos eleitorais.

A discussão abordou temas críticos como a necessidade de regulamentação específica para o uso de inteligência artificial nas campanhas eleitorais, visando prevenir a disseminação de desinformação e garantir a equidade na competição política. Os participantes também examinaram o potencial da inteligência artificial para otimizar a gestão de campanhas, melhorar a comunicação com eleitores e fortalecer a democracia através de uma maior participação e engajamento do público.

Além disso, a audiência pública destacou a importância da colaboração entre o setor público, especialistas em tecnologia e a sociedade civil para desenvolver diretrizes claras e eficazes que assegurem o uso ético e responsável da inteligência artificial nas eleições. Foi enfatizada a necessidade de transparência e de mecanismos de fiscalização que permitam acompanhar e avaliar o impacto dessas tecnologias no processo eleitoral.

A sessão também serviu como um fórum para a troca de ideias sobre como educar e preparar os cidadãos para interagir com as novas tecnologias de maneira crítica e informada, destacando a importância da alfabetização digital como ferramenta para fortalecer a democracia e proteger os direitos dos eleitores.

Ao concluir a audiência, o Prof. Paulo Fernando agradeceu a participação de todos os convidados e reiterou o compromisso da Comissão de Legislação Participativa em continuar explorando o tema, visando contribuir para a elaboração de políticas públicas que promovam o uso ético da inteligência artificial nos processos eleitorais, garantindo a integridade, a transparência e a justiça das eleições futuras.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71567>


ATRASOS NOS PAGAMENTOS OCORRIDOS NO SETOR CAFEEIRO DE MINAS GERAIS



12 de dezembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa conduziu uma audiência pública, sob a presidência da deputada Rosângela Reis (PL/MG), destinada a discutir os atrasos nos pagamentos ocorridos no setor cafeeiro de Minas Gerais, um assunto de grande relevância para a economia local e nacional, dada a importância do café na pauta de exportações do Brasil. A audiência foi resultado da aprovação do Requerimento nº 95, de 2023, de autoria da Presidenta da sessão, com apoio do deputado Leonardo Monteiro, enfatizando a necessidade de abordar e buscar soluções para os desafios enfrentados pelos produtores de café.

Durante a audiência, a Sra. Presidente expressou gratidão pela presença dos membros do Colegiado, convidados e participantes remotos, destacando a importância da Comissão de Legislação Participativa como um espaço aberto para discussão e resolução de questões significativas para a sociedade. A transmissão ao vivo pela internet permitiu uma ampla participação e engajamento do público interessado no tema.



Para compor a mesa de debates, foram convidados especialistas e representantes do setor cafeeiro, incluindo o Sr. Daniel Guimarães Medrado de Castro, advogado; o Sr. Rodrigo Silva Vargas, da Mercantil Comércio de Café; e o cafeicultor Sr. Fabio Dutra Arruda. Além disso, a presença online de Gustavo Chalfun, representante da Chalfun Advogados Associados, enriqueceu a discussão com perspectivas jurídicas e técnicas sobre os desafios enfrentados pelo setor.

A audiência abordou a complexidade dos atrasos de pagamento, discutindo as causas, impactos e possíveis soluções para os produtores afetados. Os depoimentos dos convidados evidenciaram a urgência de medidas que possam aliviar a situação financeira dos cafeicultores, além de apontar para a necessidade de ações preventivas e regulatórias para evitar a repetição de tais problemas no futuro.

Ao final da sessão, a Sra. Presidente reiterou o compromisso da Comissão em dar seguimento às questões levantadas durante a audiência, buscando envolver outros órgãos governamentais e entidades do setor na busca por soluções efetivas. A audiência pública demonstrou ser um passo importante para a mobilização de esforços conjuntos em prol da sustentabilidade e prosperidade do setor cafeeiro em Minas Gerais e no Brasil.

Este encontro destacou o papel fundamental da Câmara dos Deputados e, em particular, da Comissão de Legislação Participativa, em facilitar o diálogo entre o governo, a sociedade civil e o setor produtivo, visando a resolução de problemas que afetam diretamente a vida dos cidadãos e a economia do país.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71551>


CONSEQUÊNCIAS DA SECA NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS



19 de dezembro de 2023

Presidida pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), a Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública objetivando discutir as consequências da seca na região norte de Minas Gerais, um tema de urgente relevância dada a situação crítica enfrentada pela população local, especialmente no que tange à agricultura e ao abastecimento de água.

A audiência contou com a participação de diversos parlamentares, entre eles a deputada Nely, o deputado Paulo Guedes, o deputado Leonardo Monteiro e o deputado Prof. Paulo Fernando, além de representantes do governo estadual, como o Secretário Adjunto de Agricultura Ricardo Demicheli, e de entidades como a EMATER e a ANATER. Essa diversidade de participantes sublinhou a importância do tema e a necessidade de uma ação coordenada entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil.



Durante o evento, foram discutidas várias propostas e medidas para mitigar os efeitos da seca, com ênfase na necessidade de políticas públicas eficazes que possam prevenir e combater os impactos desse fenômeno. A experiência de Ricardo Demicheli, com mais de 30 anos de atuação na região, foi destacada como um valioso recurso no entendimento das especificidades locais e na formulação de estratégias adaptadas à realidade do norte de Minas.

Os debates também abordaram a importância de iniciativas sustentáveis e de longo prazo, como a construção de barragens e a implementação de programas de irrigação, que possam garantir a segurança hídrica e alimentar da região. A participação ativa dos municípios foi considerada crucial, com exemplos práticos de ações já em andamento sendo compartilhados pelos presentes.

Ao final da audiência, foi enfatizada a necessidade de um documento consolidando as propostas e medidas discutidas, que seria encaminhado aos governos estadual e federal. Este documento visa a garantir que as demandas e necessidades da região sejam atendidas de forma concreta e efetiva, com ações que possam aliviar a situação crítica enfrentada pelos habitantes do norte de Minas Gerais devido à seca.

Essa reunião da Comissão de Legislação Participativa simboliza um esforço colaborativo e participativo na busca por soluções para um dos problemas mais prementes da região norte de Minas Gerais. Através do diálogo e da cooperação entre diferentes atores, busca-se promover uma abordagem integrada e sustentável para o enfrentamento da seca, visando não apenas a mitigação dos seus efeitos imediatos, mas também a implementação de soluções de longo prazo que possam prevenir futuras crises hídricas.

Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71728>

The background is a solid yellow color with a repeating pattern of squares and semi-circles. The pattern consists of a grid of squares, with some squares containing a semi-circle shape. The squares and semi-circles are arranged in a staggered, repeating fashion across the entire page.

SEMINÁRIOS


IX SEMINÁRIO LEGISLATIVO DE ARQUITETURA E URBANISMO



17 de maio de 2023

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promoveu o IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, em decorrência da aprovação do Requerimento 28/2023, de autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), um evento de significativa importância para o debate e a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável no Brasil. O seminário contou com a participação de parlamentares, arquitetos, urbanistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil, todos reunidos com o objetivo comum de discutir os principais temas e proposições legislativas relacionadas à arquitetura e ao urbanismo.

O deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), Presidente da Comissão de Legislação Participativa e engenheiro agrônomo, abriu o evento, destacando a importância da arquitetura e do urbanismo na construção de cidades com mais qualidade de vida, respeito



ao meio ambiente e à cultura local. A cerimônia de abertura também contou com a presença de outros parlamentares e representantes de entidades relevantes do setor, como a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará, demonstrando o amplo apoio e o interesse do setor legislativo e profissional no tema.

Durante o seminário, foram realizadas diversas palestras e debates, abordando temas cruciais como a importância do planejamento urbano inclusivo, a necessidade de políticas públicas eficientes para o desenvolvimento das cidades e a urgência de se considerar a sustentabilidade e a acessibilidade nas práticas de arquitetura e urbanismo. A participação ativa dos estudantes, representados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA), trouxe à discussão perspectivas inovadoras e destacou a importância da formação acadêmica alinhada às necessidades contemporâneas das cidades brasileiras.

Um dos pontos altos do seminário foi a sugestão de elaboração de um documento síntese, contendo todas as contribuições e recomendações discutidas durante o evento. Esse documento tem como objetivo servir de base para a formulação de políticas públicas e legislações que reflitam as necessidades e os desafios atuais da arquitetura e do urbanismo no Brasil, promovendo assim um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e inclusivo.

Além das discussões técnicas e teóricas, o seminário também se destacou pela sua capacidade de promover a interação entre diferentes atores envolvidos na temática da arquitetura e do urbanismo, desde profissionais e acadêmicos até legisladores e representantes da sociedade civil. Essa interação multidisciplinar é fundamental para a construção de um entendimento comum sobre os desafios urbanos e para a identificação de soluções inovadoras e eficazes.

O IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo da Câmara dos Deputados, portanto, representou um marco importante no debate sobre o futuro das cidades brasileiras, reforçando o papel do legislativo na promoção de um desenvolvimento urbano que seja ao mesmo tempo sustentável, inclusivo e respeitoso com o patrimônio cultural e ambiental do país. A realização deste evento sublinha a necessidade de uma abordagem colaborativa e participativa na formulação de políticas públicas, essencial para enfrentar os complexos desafios urbanos contemporâneos.

Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68036>


XV SEMINÁRIO DE GUARDAS MUNICIPAIS E SEGURANÇA PÚBLICA



31 de maio de 2023

O XV Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública foi promovido pela Comissão de Legislação Participativa, em decorrência da aprovação da Sugestão nº 4/2023, de autoria do Conselho Arquitetura e Urbanismo. O evento reuniu parlamentares, representantes de entidades de classe, especialistas em segurança pública e membros de organizações não governamentais. O seminário teve como objetivo discutir o papel das Guardas Municipais na segurança pública, suas competências, desafios e a importância de sua atuação integrada com as demais forças de segurança.

A abertura do seminário foi marcada pela presença de figuras importantes, como o deputado Lincoln Portela (PL/MG), e a Deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR), além de representantes de entidades significativas para o tema, como o Sr. Luiz Vecchi da Silva, Presidente da FENAGUARDAS, e o Inspetor Naval, Presidente da ONG SOS Segurança da Vida. A Sra. Coordenadora Rosilene Brito destacou a relevância do encontro para o debate



de propostas que visam melhorar a segurança pública no país, reiterando o compromisso da Comissão em apoiar iniciativas nesse sentido.

Durante o evento, foram realizadas mesas técnicas que abordaram diversos aspectos relacionados às Guardas Municipais, incluindo suas entidades de classe representativas e seu papel institucional. A participação de diversos parlamentares, senadores, representantes do poder legislativo e judiciário, de organizações não governamentais, de polícias militares e guardas municipais enriqueceu o debate, proporcionando uma ampla visão sobre os temas propostos.

Um dos momentos destacados foi a apresentação de sugestões e a discussão de medidas para a valorização das Guardas Municipais, incluindo a questão do porte de arma e a necessidade de uma maior integração entre as diferentes forças de segurança. A troca de experiências e práticas bem-sucedidas entre os participantes evidenciou a importância de uma abordagem colaborativa para o enfrentamento dos desafios da segurança pública.

Ao final do seminário, ficou evidente a necessidade de fortalecer as Guardas Municipais como atores fundamentais na segurança pública, através de políticas públicas efetivas e do reconhecimento de seu papel estratégico na proteção da comunidade. A discussão também apontou para a urgência de se estabelecer diretrizes claras e consistentes que orientem a atuação desses profissionais, garantindo sua formação, capacitação e os recursos necessários para o desempenho de suas funções.

O XV Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública foi um marco importante para o debate sobre a segurança pública no Brasil, reforçando o papel das Guardas Municipais na construção de um ambiente mais seguro para todos. A realização deste evento pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados demonstra o compromisso do legislativo em promover discussões que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no âmbito da segurança pública.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68064>


PATRIMÔNIO VERDE, O PRODUTO DA VOCAÇÃO DO BRASIL



14 de junho de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou seminário com o tema “Patrimônio Verde, o produto da vocação do Brasil”. O evento, presidido pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), teve como objetivo discutir a importância e as potencialidades do patrimônio verde brasileiro, enfatizando a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão econômica por meio da conservação das florestas e da biodiversidade.

O seminário foi estruturado em painéis que abordaram diferentes aspectos relacionados ao tema central, incluindo a inclusão econômica baseada na agricultura de conservação de florestas, regulações para a sustentabilidade, finanças sustentáveis e desenvolvimento sustentável. Esses painéis contaram com a participação de especialistas, representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil, que compartilharam suas visões e experiências, contribuindo para um debate rico e multifacetado sobre os desafios e oportunidades para o Brasil no contexto da economia verde.



Durante o evento, foi enfatizada a importância de criar mecanismos que permitam monetizar o produtor rural pelo ônus da conservação, destacando-se a necessidade de um melhor delineamento dos mercados financeiros voltados para as finanças temáticas ambientais. A discussão também abordou a importância de engajar organizações e instituições governamentais na criação de políticas públicas que incentivem a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a soberania nacional e a autonomia na gestão dos recursos naturais.

Um dos pontos altos do seminário foi a participação virtual de representantes de entidades como a Federação de Serviços do Distrito Federal (FESERV-DF), a Sustentech, e o Centro de Sustentabilidade do SEBRAE, que trouxeram contribuições valiosas sobre a prática da inclusão e do desenvolvimento sustentável, evidenciando ganhos para diferentes segmentos da sociedade. A troca de experiências e a apresentação de casos de sucesso ilustraram como a sustentabilidade pode ser integrada às práticas empresariais e às políticas públicas de forma efetiva.

Ao final do seminário, ficou clara a mensagem de que o Brasil, por sua vasta biodiversidade e extensão de áreas naturais, possui uma vocação única para liderar globalmente no campo do desenvolvimento sustentável. No entanto, para que isso se torne realidade, é fundamental que haja um esforço conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil para superar os desafios regulatórios, financeiros e operacionais que ainda impedem o pleno aproveitamento do patrimônio verde nacional como motor de crescimento econômico inclusivo e sustentável.

O seminário “Patrimônio Verde, o produto da vocação do Brasil” representou um passo importante na direção de consolidar uma visão compartilhada sobre o futuro sustentável do país, reiterando o papel essencial da legislação participativa na promoção de debates e na formulação de políticas públicas que reflitam os anseios e as necessidades da sociedade brasileira em relação à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68440>

REFORMA TRIBUTÁRIA 4S




14 de junho de 2023

Promovido pela Comissão de Legislação, o seminário “Reforma Tributária 4S” focou em uma reforma tributária saudável, sociobiodiversa, solidária e sustentável. Inicialmente pensada como 3S, os propositores da discussão incluíram o termo sociobiodiversa, para indicar a necessidade inadiável de proteção da diversidade. O seminário foi iniciado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), que destacou a importância da discussão sobre a reforma tributária sob essas quatro perspectivas essenciais. O evento foi resultado da aprovação do Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), e contou com a participação de membros do colegiado, convidados e público geral, sendo também transmitido via internet.

O seminário abordou a necessidade de uma reforma tributária que considere a sustentabilidade ambiental, a promoção da saúde, a redução das desigualdades e a geração de empregos verdes como pilares fundamentais para o desenvolvimento do país. A discussão incluiu a adoção de critérios para a concessão e revisão de incentivos fiscais que estejam alinhados com esses objetivos, além da vedação de benefícios fiscais para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Durante o evento, Marina Esteves, do Instituto Ethos, e outros expositores, como Paula Johns, da ACT Promoção da Saúde, e Maria del Carmen Molina, Diretora do



Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, contribuíram com exposições que enfatizaram a importância de uma reforma tributária que promova o bem-estar da população e a sustentabilidade ambiental.

Um dos pontos destacados foi a importância de engajar a sociedade civil no debate sobre a reforma tributária, considerando as diretrizes propostas e como elas podem ser direcionadas para atender às necessidades atuais e futuras da sociedade brasileira. A interação entre os participantes permitiu a troca de ideias e o levantamento de questões relevantes para o aprofundamento da discussão sobre a reforma.

O seminário também serviu como um chamado à ação para os membros do Congresso Nacional, incentivando-os a considerar as propostas discutidas durante o evento no processo de elaboração e votação da reforma tributária. A participação ativa de deputados e deputadas foi solicitada para a próxima audiência pública, que debaterá a Proposta de Emenda à Constituição para a criação do Sistema Único de Mobilidade e da tarifa zero no transporte público.

O evento “Reforma Tributária 4S” marcou um importante passo na discussão sobre como a reforma tributária pode contribuir para um Brasil mais justo, saudável e sustentável. Através da colaboração entre o legislativo, especialistas e a sociedade civil, busca-se construir uma base sólida para o desenvolvimento de políticas tributárias que reflitam os valores de sustentabilidade e inclusão social.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68470>

COMO REGULAR A CANNABIS: UM GUIA PRÁTICO



27 de junho de 2023

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 32/2023, de autoria dos deputados Glauber Braga (PSOL/RJ) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP), a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promoveu um seminário internacional intitulado “Como Regular a Cannabis: Um Guia Prático”. O evento teve como objetivo principal analisar a regulação da *cannabis* e discutir como o tema vem sendo abordado em diferentes países, buscando agregar conhecimentos e experiências ao estudo da *cannabis* no Brasil. A abertura do seminário foi conduzida pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que presidiu o evento, que destacou a relevância do tema.

O seminário contou com a presença de diversos especialistas e estudiosos, além de representantes do Executivo e Legislativo Federal. Entre os participantes, destacou-se a presença do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), coautor do pedido de realização do seminário, e do deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos/DF), que contribuiu com suas perspectivas sobre a regulação da *cannabis*. A Sra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, advogada e ex-Procuradora da República, também participou, enfatizando a

importância do Legislativo na regulamentação do tema e a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em questões constitucionais relacionadas à *cannabis*.

Durante o seminário, foram discutidos diversos aspectos da regulação da *cannabis*, incluindo a produção, o produto, as vendas e o acesso às drogas. Os participantes concordaram sobre a necessidade de basear as políticas públicas em evidências científicas e métricas claras, com o objetivo de reduzir crimes, melhorar a saúde pública, defender os direitos humanos e alcançar um desenvolvimento sustentável. A importância de uma abordagem técnica e burocrática no debate foi destacada como fundamental para o progresso das políticas de mudança.

O evento também abordou a questão do ativismo judicial e a atuação do STF em temas relacionados à posse e uso de *cannabis*. Foi mencionado que, em muitos casos, a omissão do Parlamento em legislar sobre o assunto leva o Judiciário a assumir um papel regulador, o que pode resultar em regulamentações precárias. A necessidade de o Legislativo assumir suas prerrogativas e normatizar a questão foi amplamente discutida.

A Presidenta da reunião ressaltou a importância de um debate democrático e inclusivo, onde diferentes posições e contribuições fossem valorizadas. A audiência pública permitiu que parlamentares e membros da sociedade civil expressassem suas opiniões e análises, enriquecendo o debate sobre a regulação da *cannabis* no Brasil. A participação ativa dos presentes e a transmissão do evento pela internet ampliaram o alcance e a transparência das discussões.

Em conclusão, o seminário “Como Regular a Cannabis: Um Guia Prático” representou um passo significativo na direção de um diálogo construtivo e informado sobre a regulação da *cannabis* no Brasil. Os debates ressaltaram a importância de uma abordagem baseada em evidências científicas e a necessidade de o Legislativo assumir um papel proativo na normatização do tema, visando a criação de um modelo regulatório adequado e eficaz.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68645>

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL



28 de junho de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou um seminário dedicado ao debate sobre a compensação financeira pela exploração mineral, com ênfase na transparência e nos impactos no desenvolvimento municipal. O evento, presidido pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), teve como objetivo principal discutir as práticas atuais e propor melhorias na forma como a compensação financeira é gerida e aplicada, visando um desenvolvimento mais justo e sustentável para os municípios afetados pela exploração mineral.

Durante o seminário, foi destacada a importância da participação democrática na legislação participativa, sendo esta uma oportunidade para que a sociedade contribua ativamente com propostas e melhorias nas políticas públicas relacionadas à mineração. A iniciativa do seminário advém da aprovação do Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), que promove a primeira virada sustentável



parlamentar, enfatizando a relevância de discutir e implementar práticas sustentáveis no setor mineral.

O evento contou com a participação de diversos especialistas, representantes de entidades e autoridades públicas, que apresentaram suas análises, estudos e experiências relacionadas à compensação financeira pela exploração mineral. Entre os temas abordados, destacaram-se a necessidade de maior transparência na gestão dos recursos obtidos, a importância de investir em diversificação produtiva e desenvolvimento tecnológico, e a urgência de preparar os municípios para um futuro sustentável, além da exploração mineral.

Uma das propostas apresentadas foi a criação de plataformas online e aplicativos que permitam um acompanhamento mais efetivo e transparente da aplicação dos recursos da compensação financeira nos municípios. Essas ferramentas visam facilitar o acesso à informação por parte da população e promover uma gestão mais eficiente e participativa dos recursos.

O seminário também serviu como palco para a discussão de práticas inovadoras e sustentáveis no setor mineral, com a apresentação de casos de sucesso e propostas para a melhoria da legislação vigente. A troca de experiências entre os participantes proporcionou uma visão ampla dos desafios e oportunidades presentes na exploração mineral e na gestão da compensação financeira.

Ao final do evento, ficou evidente a necessidade de um esforço conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil para promover uma exploração mineral que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. O seminário “Compensação Financeira pela Exploração Mineral: Transparência e Impactos no Desenvolvimento Municipal” marcou um importante passo na busca por soluções que alinhem os interesses econômicos com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades afetadas pela mineração.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68740>


RASTREABILIDADE DO COMÉRCIO DO OURO



16 de agosto de 2023

Seminário dedicado à discussão sobre a rastreabilidade do comércio de ouro foi realizada pela Comissão de Legislação Participativa, a partir da aprovação do Requerimento nº 51, de 2023, de autoria do presidente da sessão do evento, deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), e visou debater a produção, comercialização, certificação, rastreabilidade e regulamentação do ouro. A sessão contou com a presença de membros do colegiado, convidados especiais e público interessado, sendo também transmitida online para ampliar seu alcance.

O seminário abriu espaço para um diálogo construtivo entre parlamentares, acadêmicos, representantes de instituições governamentais e do setor de mineração, visando aprimorar a legislação atual e desenvolver novas abordagens para a gestão sustentável do ouro. Entre os convidados, destacaram-se o Prof. Giorgio de Tomi, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e o Ministro Raul Jungmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que contribuíram com suas perspectivas sobre os desafios e oportunidades no setor.



Durante o evento, foram discutidas as iniciativas existentes e as inovações necessárias para garantir a rastreabilidade efetiva do ouro, visando combater a ilegalidade e promover a transparência no setor. A importância de tecnologias avançadas, como *blockchain* e sistemas de certificação digital, foi ressaltada como meio para assegurar a origem legal do ouro e fortalecer a confiança entre os diversos elos da cadeia produtiva.

Representantes de organizações não governamentais e do setor privado também apresentaram suas visões e propostas, enfatizando a necessidade de uma colaboração mais estreita entre o governo, a indústria e a sociedade civil para estabelecer um mercado de ouro mais justo e sustentável. A discussão abordou ainda as implicações socioambientais da mineração de ouro, destacando a importância de práticas responsáveis que respeitem as comunidades locais e o meio ambiente.

O seminário evidenciou o consenso sobre a urgência de atualizar e fortalecer o marco regulatório do setor de ouro no Brasil, com ênfase na adoção de medidas que garantam a rastreabilidade e a legalidade do ouro desde sua extração até o consumidor final. Foram sugeridas ações concretas para o aprimoramento da legislação, incluindo a implementação de sistemas de monitoramento mais eficazes e a promoção de uma cultura de responsabilidade social e ambiental entre os agentes do setor.

Ao final do seminário, ficou clara a necessidade de um esforço conjunto e coordenado entre todos os *stakeholders* para enfrentar os desafios apresentados e aproveitar as oportunidades para o desenvolvimento de um setor de mineração de ouro mais transparente, ético e sustentável no Brasil. A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados reafirmou seu compromisso em seguir trabalhando para que as deliberações e recomendações do seminário sejam traduzidas em ações legislativas efetivas.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69195>


44 ANOS DA LEI DA ANISTIA: JUSTIÇA NO MARCO DA DEMOCRACIA



28 e 29 de agosto de 2023

O seminário 44 anos da Lei da Anistia no Brasil, realizado pela Comissão de Legislação Participativa, debateu um marco histórico para o fim da ditadura militar no país. Este evento, presidido pelo deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), decorre da aprovação da Sugestão nº 7/2023, de autoria da Associação Brasileira de Anistiados Políticos dos Sistemas Petrobrás e Demais Empresas Estatais (ABRASPET) e teve como objetivo refletir sobre os avanços conquistados desde a promulgação da lei e discutir os desafios ainda presentes na busca por justiça e reparação para as vítimas do regime militar.

O seminário contou com a participação de membros da Comissão de Legislação Participativa, parlamentares, representantes de associações de anistiados, acadêmicos e outros convidados, que compartilharam suas experiências, estudos e perspectivas sobre a anistia e seus impactos na sociedade brasileira. A abertura do evento foi marcada por um



discurso do presidente da sessão, que destacou a importância da data e o papel da mobilização social e da pressão popular na conquista da Lei da Anistia.

Durante o evento, foram apresentadas propostas e sugestões visando a reorganização e o fortalecimento da Comissão de Anistia, com o intuito de garantir que continue a funcionar efetivamente como um instrumento de justiça e reparação. A necessidade de ampliação do debate sobre os direitos dos anistiados e a importância da memória histórica para a construção de uma sociedade mais justa e democrática foram temas recorrentes nas discussões.

Um dos momentos emocionantes do seminário foi a homenagem a personalidades importantes na luta pela anistia e pela democracia no Brasil, evidenciando o caráter humano e a solidariedade entre os participantes. Além disso, a apresentação de música ao final do evento simbolizou a união e a esperança na continuidade da luta pelos direitos dos anistiados e pela memória das vítimas da ditadura.

O seminário também abordou a importância de ações nacionais coordenadas entre diferentes entidades e a sociedade civil para promover a justiça e a reparação, além de discutir estratégias para enfrentar os desafios atuais na implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade. A participação ativa e as contribuições dos presentes foram fundamentais para o enriquecimento do debate e a formulação de propostas concretas.

Ao encerrar o seminário, ficou evidente o compromisso dos participantes em manter viva a luta pelos direitos dos anistiados e pela memória histórica do país. A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados reafirmou seu papel como espaço de diálogo e participação cidadã, colocando-se à disposição para seguir trabalhando em prol das causas relacionadas à anistia e à democracia no Brasil.

Veja mais em:

- 1) <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69455>
- 2) <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69456>


METODOLOGIAS ASSOCIADAS AO SISTEMA DE PLANTIO DIRETO (SPDH) E SISTEMAS AGROFLORESTAIS



12 de setembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa realizou um seminário dedicado ao debate sobre “Metodologias Associadas ao Sistema de Plantio Direto (SPDH) e Sistemas Agroflorestais”, conforme Requerimento nº 54/2023 aprovado pelo colegiado da CLP. O evento, presidido pelo deputado Pedro Uczai (PT/SC), autor do requerimento, foi convocado com o objetivo de discutir práticas sustentáveis na agricultura, enfatizando a importância da transição agroecológica e do desenvolvimento de sistemas de cultivo que respeitem o equilíbrio ambiental e promovam a biodiversidade.

O seminário foi estruturado em duas mesas de discussão contínuas, sem interrupção para o almoço, garantindo a abrangência e profundidade dos debates até, no máximo,



às 13 horas. A iniciativa reflete o compromisso da Comissão em promover discussões relevantes para o desenvolvimento sustentável e participativo do setor agrícola no Brasil.

Durante o evento, diversos expositores, incluindo representantes de organizações de agricultores, acadêmicos e membros do governo, compartilharam suas experiências, estudos e propostas relacionadas ao plantio direto e aos sistemas agroflorestais. As discussões abordaram temas como a viabilidade econômica, social e ecológica dessas práticas, bem como os desafios e oportunidades para sua implementação em larga escala.

Um dos pontos destacados foi a necessidade de políticas públicas eficazes que apoiem a transição agroecológica, incluindo a disponibilização de assistência técnica e incentivos financeiros para os agricultores. A importância da diversificação da produção dentro das propriedades agrícolas também foi enfatizada, como forma de promover a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas de cultivo.

O seminário também ressaltou a relevância da integração de conhecimentos tradicionais e científicos no desenvolvimento de metodologias de plantio que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. A troca de experiências entre os participantes evidenciou a riqueza de abordagens possíveis e a necessidade de um diálogo contínuo entre diferentes setores da sociedade para avançar na agenda da sustentabilidade agrícola.

Ao final do seminário, ficou evidente o consenso sobre a urgência de se adotar práticas agrícolas mais sustentáveis e a importância de se criar um ambiente favorável para a sua adoção, através de políticas públicas, educação e cooperação entre os diversos atores envolvidos. A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados reafirmou seu compromisso em seguir promovendo debates e ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável da agricultura no Brasil.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69863>


INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



26 de setembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa promoveu um seminário “Instrumentos Econômicos de Proteção Ambiental”, em consequência da aprovação do Requerimento nº 49/2023, de autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), que também presidiu o evento, cujo principal objetivo foi debater e explorar as diversas ferramentas econômicas que podem ser utilizadas para promover a proteção ambiental, destacando a importância de integrar a sustentabilidade nas políticas públicas e práticas econômicas.

A sessão foi marcada pela presença de membros da Comissão, convidados especializados no tema, e um público engajado, tanto presencial quanto virtualmente, através da transmissão pela internet. O Sr. Flávio Aurélio Nogueira Júnior, representando o Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do UniCEUB, foi um dos convidados a compor a mesa, evidenciando a relevância do diálogo entre o meio acadêmico e o legislativo para a formulação de políticas ambientais eficazes.



Durante o seminário, foram discutidos pontos cruciais como o mercado de crédito de água e medidas inovadoras para conter o desmatamento, ressaltando a necessidade de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento econômico. A proposta de uma abordagem não binária foi defendida, sugerindo que, além de reconhecer práticas já estabelecidas como sustentáveis, é fundamental oferecer caminhos para que outras atividades econômicas se adaptem a modelos mais verdes.

O evento também serviu como plataforma para a divulgação de trabalhos acadêmicos e livros relacionados ao tema, com destaque para uma obra discutida pelo Sr. Paul Martin, cuja apresentação foi realizada por um representante devido à barreira do idioma. Este momento sublinhou a importância da disseminação do conhecimento e da pesquisa para fundamentar as discussões e as decisões políticas na área ambiental.

A interação entre os participantes, incluindo a possibilidade de encaminhar perguntas por e-mail aos expositores, reforçou o caráter participativo e inclusivo do seminário. Além disso, a menção a eventos anteriores e futuros, como o seminário realizado com a participação de instituições financeiras e a reunião ordinária da Comissão programada para o dia seguinte, destacou a continuidade e a profundidade do compromisso da Comissão com as questões ambientais.

Ao encerrar o seminário, o presidente da sessão agradeceu a participação de todos e reiterou a importância de tais encontros para o avanço das políticas de proteção ambiental no Brasil. A sessão foi concluída com um convite para uma foto coletiva, simbolizando a união de esforços em prol da sustentabilidade ambiental. Este evento reafirmou o papel da Comissão de Legislação Participativa como um espaço vital para a discussão e promoção de iniciativas legislativas que almejam a integração entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70167>

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DADOS, POLÍTICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO



31 de outubro de 2023

Seminário organizado pela Comissão de Legislação Participativa, com foco na violência contra crianças e adolescentes, abordando dados, políticas públicas e orçamento público, foi marcado pela participação de membros do governo, representantes de organizações da sociedade civil e especialistas na área, demonstrando um esforço conjunto para abordar e propor soluções a essa problemática crítica. O evento decorreu da aprovação dos Requerimentos nº 68/2023, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), e nº 73/2008, de autoria das deputadas Ana Paula Lima (PT/SC) e Ana Pimentel (PT/MG).

A sessão foi aberta pelo sr. Guto Rodrigues, que destacou a importância do simpósio para promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente, contando com o apoio de diversas entidades e da Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara dos Deputados. O evento visou não apenas discutir a situação atual



da violência contra menores no Brasil, mas também propor encaminhamentos práticos baseados em dados e evidências coletadas.

Durante a reunião, houve um forte apelo para o engajamento dos Ministérios, especialmente da Casa Civil, na criação de uma visão governamental unificada que possa efetivamente responder à violência contra crianças e adolescentes. A discussão também incluiu a apresentação de sugestões legislativas e emendas de texto, discutidas previamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando fortalecer as políticas públicas e o orçamento destinado a combater essa violência.

Um dos compromissos destacados foi o uso de dados para fortalecer as capacidades de resposta e comunicação com a população e profissionais dos serviços, visando mudar a percepção e abordagem da violência contra crianças e adolescentes, bem como contra mulheres. A reunião serviu como uma plataforma para agradecer e reconhecer o apoio de todos os parceiros envolvidos, sublinhando a importância da colaboração entre diferentes setores para abordar eficazmente essa questão.

A sra. Márcia Kalvon Wodds, representando a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, enfatizou a sinergia de propósitos entre os participantes e a importância de trabalhar com dados e evidências para influenciar políticas públicas e ações da sociedade civil. A reunião também abordou a necessidade de uma política de prevenção de violências e acidentes, especialmente em um contexto pós-governo que, segundo os participantes, valorizou a violência, tornando ainda mais relevante a discussão sobre cultura de violência e suas soluções.

Em conclusão, a reunião representou um passo significativo no debate e na formulação de estratégias para combater a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Através do diálogo entre diferentes *stakeholders*, o evento enfatizou a necessidade urgente de ações coordenadas e baseadas em evidências para proteger os direitos e o bem-estar dos menores no país.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70770>


MECANISMOS DE FINANCIAMENTO À PESQUISA MINERAL



29 de novembro de 2023

Seminário promovido pela Comissão de Legislação Participativa teve como tema central os “Mecanismos de Financiamento à Pesquisa Mineral”. Este evento foi proposto pela Frente Parlamentar da Mineração Sustentável e aprovado na CLP, na forma do Requerimento nº 91/2023, de autoria do seu então presidente, deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), tendo como objetivo debater as estratégias e políticas para o financiamento da pesquisa mineral no Brasil, um setor considerado estratégico para o desenvolvimento econômico e sustentável do país.

A reunião contou com a participação de diversos especialistas e autoridades no assunto, incluindo representantes do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e da Comissão Brasileira de Recursos e Reservas (CBRR), além de membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses participantes trouxeram à mesa discussões sobre os desafios e as oportunidades para o financiamento da pesquisa mineral, enfatizando a necessidade de inves-



timentos robustos para explorar o potencial mineral do Brasil de forma responsável e sustentável.

Durante o seminário, foram apresentadas análises detalhadas sobre o estado atual do financiamento à pesquisa mineral no país, incluindo as principais barreiras e os mecanismos existentes para superá-las. A importância de um ambiente regulatório estável e previsível foi ressaltada como fundamental para atrair investimentos nacionais e internacionais. Além disso, a discussão abordou a criação de novos fundos e instrumentos financeiros, como o proposto pelo BNDES, para dinamizar o setor.

Os debates também se concentraram na importância da mineração para a economia brasileira, destacando o setor como um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico ao lado do agronegócio. Foi enfatizado que, com os investimentos corretos e políticas adequadas, a mineração pode aumentar significativamente sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil nos próximos anos, promovendo, ao mesmo tempo, práticas de mineração sustentável.

A interação entre os participantes, incluindo a possibilidade de participação remota, garantiu uma ampla troca de informações e experiências, enriquecendo o debate. O seminário serviu como uma plataforma para a discussão de propostas e estratégias que possam ser implementadas para fortalecer o financiamento à pesquisa mineral, considerando sempre a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Ao final do evento, o presidente da sessão, deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), agradeceu a todos pela participação e reiterou a importância de continuar o diálogo e a colaboração entre os diferentes setores envolvidos para promover o desenvolvimento da mineração no Brasil. O seminário foi concluído com um convite para futuras discussões e ações conjuntas, visando aprimorar os mecanismos de financiamento à pesquisa mineral e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento econômico sustentável do país.


Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71332>

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O QUEIJO ARTESANAL DE LEITE CRU



14 de dezembro de 2023

A Comissão de Legislação Participativa promoveu seminário destinado a discutir as “Políticas Públicas para o Queijo Artesanal de Leite Cru”, com especial referência à Missão Técnica Queijeira na França, e as inovações apresentadas na edição do *Mondial du Fromage*. Presidido pelo deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), o evento, realizado em face da aprovação do Requerimento nº 86/2023, do deputado Zé Silva e outros, destacou a importância estratégica do queijo artesanal brasileiro, não apenas como um produto de valor cultural e gastronômico, mas também como um vetor de desenvolvimento econômico e social para as comunidades produtoras.



Durante o seminário, foi enfatizada a singularidade do queijo artesanal brasileiro, que se beneficia de uma legislação específica destinada a valorizar e proteger essa tradição. A discussão abordou a relevância de conquistar habilidades e talentos de outras áreas, como a medicina e a cultura, para a produção de queijo artesanal, visando preservar a história e a herança cultural dos antepassados.

O evento contou com a participação de membros do colegiado, convidados especializados no tema e um público engajado, tanto presencialmente quanto via transmissão pela internet. A Comissão de Legislação Participativa, reconhecida por sua abordagem democrática participativa, onde as proposições são originadas pelas organizações da sociedade civil, proporcionou um espaço de diálogo e troca de experiências enriquecedor.

A relevância da regulamentação da Lei nº 13.860, de 2019, foi um dos pontos centrais do debate, destacando-se a expectativa pela sua rápida implementação nos estados. A legislação é vista como um marco para o setor, promovendo a legalização e valorização do queijo artesanal e, por consequência, beneficiando produtores que, até então, operavam à margem da legalidade.

O seminário também serviu como plataforma para discutir a evolução das políticas públicas relacionadas ao queijo artesanal, incluindo a emissão do Selo Arte, que certifica produtos artesanais de qualidade, produzidos em conformidade com as normas sanitárias. Essa certificação representa um avanço significativo, permitindo que o queijo artesanal alcance mercados mais amplos e contribua para o desenvolvimento local.

Em conclusão, o seminário representou um importante passo para o reconhecimento e a valorização do queijo artesanal de leite cru no Brasil. Por meio de um diálogo construtivo entre diferentes partes interessadas, o evento reafirmou a necessidade de políticas públicas eficazes que apoiem a produção artesanal, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para a preservação da rica herança cultural brasileira.

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71243>



MESA REDONDA

CONCESSÃO DO SAAE DE GOVERNADOR VALADARES/MG



25 de maio de 2023

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 22/2023, de autoria do deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), foi realizada Mesa Redonda para discutir a proposta de concessão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, de Governador Valadares/MG. O evento ocorreu na Fadivalle - Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares.

Presidida pelo deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), a reunião contou com a participação dos seguintes debatedores: deputado estadual Leleco Pimentel; Sandra Maria Perpétuo, presidente do Sindicato Municipal dos Servidores Municipais; Elisa Maria Costa, ex-Prefeita de Governador Valadares; Neyde Leão, representante da Associação Nacional

dos serviços municipais de água tratada e saneamento; Esmeraldo Pereira Santos, Diretor da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Diretor do SAAE da cidade de Passos; Marcos Helano Fernandes Montenegro, Coordenador de Comunicação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e Saneamento (ONDAS); Lucas Gabriel Tonaco Ferreira, Diretor de Comunicação Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais (Sindágua-MG); Eduardo Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (Sindágua-MG); Josias Lopes representando os servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares – SAAE; Gilsa Maria dos Santos, vereadora em Governador Valadares; e Cida Lima, vereadora em Ipatinga.

Após composição do dispositivo da mesa de autoridades, os convidados fizeram suas apresentações, incluídas as intervenções técnicas dos representantes das entidades. Em suas falas os representantes das entidades falaram de questões referentes a experiências concessão dos serviços de água e saneamento básico pelo mundo, e como cada caso resultou em precarização do serviço ofertado, aumento das tarifas e eventualmente indisponibilidade de oferta plena dos serviços para regiões mais pobres. Em seguida, abriu-se os microfones para que a população presente pudesse se manifestar. A população de Valadares demonstrou forte oposição à privatização, levantando questionamentos sobre a necessidade dessa medida diante da qualidade do serviço atual, bem como mostrando sua indignação sobre a forma como o processo tem sido conduzido pelo executivo municipal.

Além disso, foi entregue ao deputado federal Leonardo Monteiro por meio da senhora Cláudia Miffarreg, que representava o Comitê Popular em Defesa do SAAE GV, um denúncia sobre o processo de sucateamento que a SAAE vem sofrendo há anos, incluindo relatos atuais de falta de materiais básicos como hidrômetros de reposição. A população questionou também o como os recursos do SAAE poderiam ser reinvestidos para melhoria da estrutura e desenvolvimento de novas tecnologias.

O presidente do evento se comprometeu a encaminhar as demandas e denúncias para o governo do estado, oficialmente por meio da Comissão de Legislação Participativa.

DF SUSTENTÁVEL: ÁGUA E JUVENTUDE



05 de junho de 2023

Dentro das atividades previstas no escopo do Requerimento nº 7/2023, de autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), que previu a de “Virada Sustentável”, com a promoção de eventos nos mais diversos espaços da Casa, a serem realizados durante o mês de junho, mês do Meio Ambiente”, foi promovida a Mesa Redonda DF Sustentável: Água e Juventude.

O Evento foi articulado pelas organizações Delibera Brasil; UnB 2030; Clima de Eleição; Politize; e Lab Hacker, e contou com uma dinâmica própria, a partir da metodologia de inovação democrática conhecida como Minipúblico ou Júri Cidadão, na forma de simulação participativa em todas suas etapas, incluindo: - Princípios da deliberação; - Grupo de conteúdo na temática; - Momento informativo sobre contexto e propostas; - Deliberação e construção do documento final com recomendações consensuais entre cidadãos e cidadãos participantes; e - Entrega do documento final a parlamentares representantes do Distrito Federal.

A abertura do evento foi feita pela deputada Erika Kokay (PT/DF), e o discurso inicial foi realizado pela deputada Enfermeira Ana Paula (PDT/CE), apontando a importância da par-

participação da juventude em espaços de decisão e construção da sociedade, em particular no que diz respeito ao meio ambiente. Para a deputada, empoderar jovens para que participem do parlamento é fundamental, pois a opinião deste público colabora muito na construção de novas políticas públicas: “Este momento traz para nós, parlamentares, uma reflexão do quanto nós estamos inseridos nestas pautas do meio ambiente e da sustentabilidade”.

Assim, foi estabelecida uma pergunta-guia para a deliberação dos jovens presentes: *Entre as tecnologias de gestão de água e recursos hídricos disponíveis, quais são as soluções prioritárias que recomendamos para a destinação de recursos no DF?*

A atividade foi conduzida por Silvia Cervellini e Thais Zschieschang, co-fundadoras do Coletivo Delibera Brasil, que funcionou como uma espécie de Comissão de Legislação Participativa (CLP). Além da construção de propostas, a atividade funcionou como um laboratório de aprendizado para que jovens ganhem experiência na participação política e nas formas de deliberação. Toda a dinâmica foi realizada pelos próprios jovens presentes, concluída com a entrega do documento final a parlamentares representantes do Distrito Federal convidados especialmente para recebimento do documento final: Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF), membro da CLP; - Deputado Distrital Fabio Felix (PSOL/DF); e Deputado Distrital Max Maciel (PSOL/DF).

Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68408>

The background is a solid yellow color with a repeating pattern of squares and semi-circles. The squares are arranged in a grid, and the semi-circles are placed within the squares, creating a geometric, architectural feel. The pattern is consistent across the entire page.

DEBATES

DEBATE: PEÇA “VOZES DA FLORESTA”



28 de novembro de 2023

A exibição da obra foi uma proposta do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) na Comissão de Legislação Participativa (CLP), por meio do Requerimento nº 48/2023, visando prestar um tributo ao legado do seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes, por meio de sua história de luta socioambiental internacional, e também homenagear a cultura brasileira.

Chico Mendes era filho de seringueiro e passou sua infância e juventude praticando o ofício ao lado do pai. Mais tarde tornou-se reconhecido internacionalmente por seu ativismo ambiental. Ele foi assassinado em 1988, na frente da esposa e dos dois filhos.

No espetáculo, a atriz Lucélia Santos encena a memória da luta de Chico Mendes, sob a companhia e o olhar histórico de Valdiza Alencar e Cecília Mendes. As três mulheres da resistência dão o tom da peça, por meio de seus sentimentos e paixões, cujas narrativas são a voz do próprio Chico Mendes. Ele é o fio condutor no relato da história coletiva do movimento de resistência dos seringueiros acreanos, sendo em essência a sua própria história também.

No espetáculo, trechos inéditos de sua longa entrevista gravada há 34 anos são usados para retratar o ápice do conflito entre seringueiros e ruralistas.

“A persistência de Chico em resistir contra a derrubada da floresta onde vivia e trabalhava serviu e serve até hoje como exemplo para as gerações presentes e futuras”, afirma Glauber Braga (PSOL/RJ), que, na justificativa do requerimento para exibição da peça, argumenta que a importância de iniciativas assim colaboram “Para que nunca morram as ideias de Chico Mendes, a peça traz a defesa de um legado que precisa perdurar.”

O requerente ainda ressalta que “A força e a voz de Lucélia Santos em cena celebram e honram os ideais de Chico. Dessa forma, a exibição da peça nesta Casa, junto a setores populares da sociedade brasileira, reveste-se de relevante interesse público para esta Comissão e é uma forma de homenagem à memória nacional e à história de Chico Mendes, imprescindível hoje e sempre”.


Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71215>

Síntese da Audiência Pública: Exibição da Peça “Vozes da Floresta”

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados organizou a exibição da peça “Vozes da Floresta”, seguida de debates, conforme proposto pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) por meio do Requerimento nº 48/2023. O objetivo da iniciativa foi prestar um tributo ao legado do seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes, reconhecido internacionalmente por sua luta socioambiental, além de homenagear a cultura brasileira.

A peça, protagonizada pela atriz Lucélia Santos, encena a memória da luta de Chico Mendes, sob a companhia e o olhar histórico de Valdiza Alencar e Cecília Mendes. As três mulheres da resistência dão o tom do espetáculo, por meio de seus sentimentos e paixões, cujas narrativas são a voz do próprio Chico Mendes, que serve como fio condutor no relato da história coletiva do movimento de resistência dos seringueiros acreanos, sendo em essência a sua própria história também.

O espetáculo utiliza trechos inéditos de uma longa entrevista gravada há 34 anos para retratar o ápice do conflito entre seringueiros e ruralistas. A persistência de Chico Mendes em resistir contra a derrubada da floresta onde vivia e trabalhava é destacada como um exemplo para as gerações presentes e futuras.



O deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), na justificativa do requerimento para exibição da peça, argumenta que a importância de iniciativas como essa colabora para que as ideias de Chico Mendes nunca morram, trazendo a defesa de um legado que precisa perdurar. Ele ressalta ainda que a força e a voz de Lucélia Santos em cena celebram e honram os ideais de Chico Mendes.

A exibição da peça na Câmara dos Deputados, junto a setores populares da sociedade brasileira, reveste-se de relevante interesse público para a Comissão de Legislação Participativa e é uma forma de homenagem à memória nacional e à história de Chico Mendes, considerada imprescindível hoje e sempre pelo requerente.

.

PRESIDENTES DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2001-2023)

2023 Deputado **Zé Silva (Solidariedade/MG)**

2022 Deputado **PEDRO UCZAI (PT/SC)**

2021 Deputado **WALDENOR PEREIRA (PT/BA)**

2019/2020 Deputado **LEONARDO MONTEIRO (PT/MG)**

2018 Deputado **POMPEO DE MATTOS (PDT/RS)**

2017 Deputada **FLÁVIA MORAIS (PDT-GO)**

2016 Deputado **CHICO LOPES (PCdoB-CE)**

2015 Deputado **FÁBIO RAMALHO (PMDB-MG)**

2014 Deputado **ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)**

2013 Deputado **LINCOLN PORTELA (PRB-MG)**

2012 Deputado **ANTHONY GAROTINHO (PR-RJ)**

2011 Deputado **VITOR PAULO (PRB-RJ)**

2010 Deputado **PAULO PIMENTA (PT-RS)**

2009 Deputado **ROBERTO BRITTO (PP-BA)**

2009 Deputado **WALDIR MARANHÃO (PP-MA)**

2008 Deputado **ADÃO PRETTO (PT-RS)**

2007 Deputado **EDUARDO AMORIM (PSC-CE)**

2006 Deputado **GERALDO THADEU (PPS-MG)**

2005 Deputada **FÁTIMA BEZERRA (PT-RN)**

2004 Deputado **ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)**

APÊNDICE

O QUE É A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA?

Em 2001, foi criada uma nova Comissão Permanente na Câmara dos Deputados: a CLP. Não se trata apenas de mais uma comissão, trata-se de um fórum por meio do qual a sociedade civil organizada poderá intervir diretamente no sistema de produção das normas e das leis, apresentando sugestões para elaboração de novas normas ou para o aperfeiçoamento da legislação já existente. Sua criação representa uma inovação de grande alcance, pois permite a aproximação da população com seus representantes. Aproximá-los exige, pois, a criação de mecanismos de participação constante e direta da população, de forma que as leis representem a deliberação autônoma e consciente dos grupos organizados. A CLP trabalha com esse propósito. Assegura a toda a sociedade um espaço legítimo para defesa e discussão de Sugestões Legislativas, dentro da esfera legal. Para que essa iniciativa seja bem-sucedida, é necessário que a sociedade usufrua deste espaço, apresentando suas sugestões. Com este intuito, esta publicação visa esclarecer, de forma sucinta, os passos necessários para o encaminhamento de propostas à Câmara dos Deputados.

QUEM PODE APRESENTAR SUGESTÕES LEGISLATIVAS?

- Organizações não-governamentais (ONGs);
- Associações e órgãos de classe;
- Sindicatos;
- Entidades da sociedade civil, exceto partidos políticos;
- Órgãos e entidades de administração direta e indireta, desde que tenham participação paritária da sociedade civil.

QUAIS SÃO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS?

- Estatuto da entidade ou registro em órgão do Ministério do Trabalho; - Documento legal que comprove a composição da diretoria da entidade à época do envio da sugestão legislativa (a ata de posse, por exemplo); - Ata da reunião em que a entidade deliberou o envio da sugestão à CLP.

QUE TIPOS DE SUGESTÕES LEGISLATIVAS PODEM SER APRESENTADAS?

- Sugestões de Projeto de Lei Complementar;
- Sugestões de Projeto de Lei Ordinária;
- Sugestões de Projeto de Decreto Legislativo;
- Sugestões de Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados;
- Sugestões de Projeto de Consolidação;
- Sugestões de Requerimento;
- Sugestões de Indicação;
- Sugestões de Emenda;
- Sugestões de Proposta de Emenda à Constituição;
- Sugestões de Requerimento de Convocação;
- Sugestões de Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

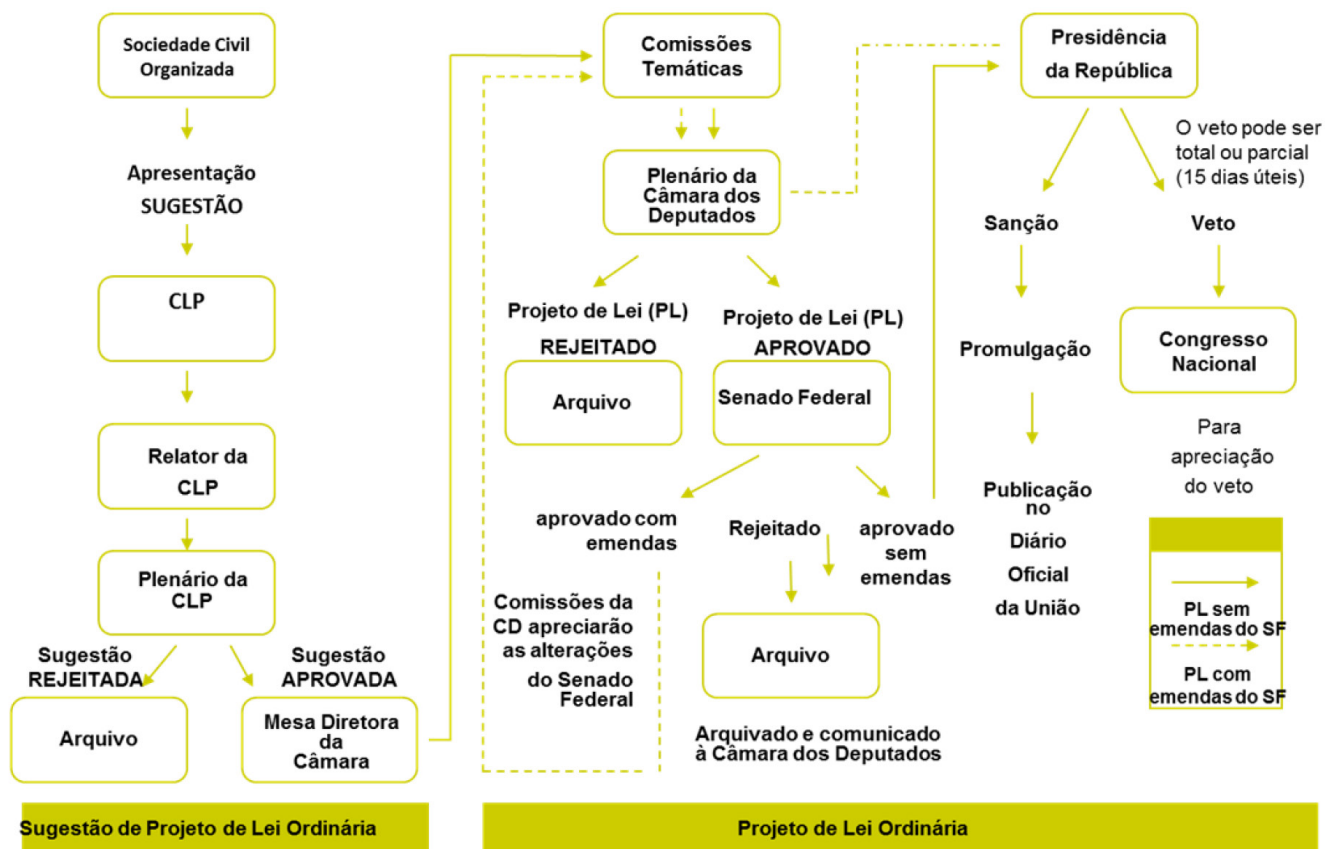
COMO ENCAMINHAR SUGESTÕES LEGISLATIVAS?

Opção 1: - Pelo sítio da Câmara Dos Deputados na internet, clicando em: Sugira uma Proposta de Lei > Sugestão Legislativa > Cadastrar; ou diretamente no link: www.camara.leg.br/organizadores/sugestao

Opção 2: - Correspondência eletrônica (e-mail): clp.decom@camara.leg.br com os documentos assinados e digitalizados.

Opção 3: Correspondência postal assinada; Endereço: **Comissão de Legislação Participativa** Câmara dos Deputados Anexo II, Pavimento Superior Salas 121-A CEP: 70.160-900 – Brasília – DF

Para outras informações: Fones: (61) 3216-6700 / 66701 / 66702 / 66703



EQUIPE TÉCNICA

Secretário-Executivo da Comissão:

Vitor Côrtes Magalhães

Servidores Efetivos

Aldenir Áurea da Silva

Erivan da Silva Raposo

Gilson Vasconcelos Dobbin

Marcelo Idalízio Penna

Vanderlúcia Bezerra da Silva

Servidores em cargo de natureza especial

Andreza Marques Dantas

Bárbara Katharine Soares dos Santos

Débora Alves Ribeiro

Witler Rammon Silva dos Santos

Estagiários

Lívia Oliveira de Souza

MESA DIRETORA

Presidência

Presidente

Arthur Lira (PP-AL)

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira (Republicanos-SP)

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)

Secretários

1º Secretário

Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

2ª Secretária

Maria do Rosário (PT-RS)

3º Secretário

Júlio Cesar (PSD-PI)

4º Secretário

Lucio Mosquini (MDB-RO)



Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento (PSD-SP)

2º Suplente

Pompeo de Mattos (PDT-RS)

3º Suplente

Beto Pereira (PSDB-MS)

4º Suplente

André Ferreira (PL-PE)

Comissão de
Legislação Participativa

